

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA FAMILIAR E
PLURIATIVIDADE: TENTANDO COMPREENDER A RELAÇÃO
CAMPO X CIDADE NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA (SC)**

NESTOR FRANCISCO RAMBO

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS

PORTO ALEGRE, MARÇO DE 2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA FAMILIAR E
PLURIAATIVIDADE: TENTANDO COMPREENDER A RELAÇÃO
CAMPO X CIDADE NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA (SC)**

NESTOR FRANCISCO RAMBO

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Roque Strieder
Prof. Dr. Luís Fernando Mazzini Fontoura
Prof. Dr. Nelson Rego

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Geografia
como requisito para obtenção do Título de
Mestre em Geografia

Porto Alegre, Março de 2004

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à **Jone Maria**,
minha esposa, e aos nossos filhos
Maire Christine e Matheus André,
que carregam os seus e os nossos
sonhos de força e vontade.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Universidade pública de qualidade, geradora de ciência e tecnologia, que me proporcionou uma excelente aprendizagem, permitindo o acesso aos diferentes centros, bibliotecas, Seminários, Congressos e oportunidades de participação nos inúmeros eventos oferecidos.

Aos professores e Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia e, especialmente, à Prof^a Dr^a Rosa Maria Vieira Medeiros, Professora Orientadora, pela abnegação, sabedoria, dedicação, orientações claras e coerentes, experiências compartilhadas e atendimento amigo.

Ao atual Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Prof. Dr. Roberto Verdum, e ao ex-Coordenador, Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich, pelas informações claras e precisas, pelo profissionalismo, pelo jeito amigo e por toda ajuda prestada.

Aos entrevistados e aos que responderam o questionário desta pesquisa, pela sua visão “histórico-cultural” e pela sua forma interessada em colaborar.

À minha família pela compreensão, solidariedade, amor e paciência

dispensados, em especial à minha esposa Jone Maria, pelo seu jeito simples, meigo e carinhoso, ajudando-me, apoiando-me e incentivando-me no correr de todo este curso; aos nossos filhos Maire Christine e Matheus André, pela “torcida”, para que o pai terminasse o curso o quanto antes.

À família de meu irmão Cornélio Rambo, pelas suas acolhidas e momentos de lazer proporcionados nos diversos finais de semana em Novo Hamburgo, quando era difícil ou impossível viajar de Porto Alegre (RS) a Itapiranga (SC).

Aos professores Flávio Petry e Valdemir Land, pela importante ajuda concedida na parte técnica do trabalho, especialmente na inserção dos mapas, fotos e revisão de tabelas.

À Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Sra. Zélia Zaghetto, pelas informações e comunicações referentes ao curso e pela disponibilidade na revisão técnica final deste trabalho.

À Secretaria da Educação Cultura e Desportos de Santa Catarina, por acreditar na relevância do meu trabalho para o Estado e Região, concedendo-me afastamento remunerado na docência do Ensino Fundamental e Médio, para cursar o mestrado.

Aos meus pais Pedro Canísio (*in memoriam*) e Adela Rambo, e meus sogros Aloysius e Hilda Rech (*in memoriam*), pelos seus exemplos, e por acreditarem num mundo melhor!

EPÍGRAFE

*Aquela máxima do direito romano, “ubi pedis ibi pátria”
(aonde estão os pés aí está a pátria), hoje perde ou muda seu significado.
Mas o direito local e o direito internacional ainda não se transformaram,
para reconhecer naqueles que não nasceram num lugar,
mas nele moram ou trabalham,
o direito de também intervir na vida política desse lugar.*
(SANTOS, Milton. 1999, p.218)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	x
LISTA DE MAPAS	xi
LISTA DE FOTOS	xii
GLOSSÁRIO	xiii
RESUMO	xiv
ABSTRACT	xv
INTRODUÇÃO	16
1 A CRISE DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA: ALGUNS PONTOS BÁSICOS PARA A COMPREENSÃO DA CRISE NA PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA FAMILIAR	25
2 A CIDADE E O CAMPO EM SANTA CATARINA NO PERÍODO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA	33
2.1 A MODERNIZAÇÃO E A INTERIORIZAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA: A PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA SOFRE MUDANÇAS	35
2.2 A REVOLUÇÃO VERDE COMO PROCESSO DE MUDANÇA NA RELAÇÃO CAMPO X CIDADE EM SANTA CATARINA.....	36
2.2.1 A ACARESC E A SUA RELAÇÃO COM A REVOLUÇÃO VERDE E A MODERNIZAÇÃO NA PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA FAMILIAR DE SANTA CATARINA.....	39
3 A CRISE DO ESTADO-DESENVOLVIMENTISTA X BEM-ESTAR DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS	42

4 DE PORTO NOVO A ITAPIRANGA: ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO-HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	50
4.1 INTEGRAÇÃO E SUBORDINAÇÃO AOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS – ATÉ ONDE VAI A LIBERDADE DO PEQUENO AGRICULTOR <i>PLURIATIVO</i>?.....	85
4.2 A AGRICULTURA FAMILIAR E O DESLOCAMENTO PENDULAR: AS OPORTUNIDADES DE TRABALHO EM ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC.....	89
4.3 A PLURIATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC.....	94
4.4 A SUCESSÃO HEREDITÁRIA	99
5 O FUTURO RURAL DE ITAPIRANGA/SC – PERSPECTIVAS.....	105
CONCLUSÃO.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – PERCENTAGEM DE VENDA DE TERRAS NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA	74
TABELA 02 – QUADRO EVOLUTIVO DA OCUPAÇÃO POPULACIONAL NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC.....	82
TABELA 03 – QUESTÃO DIRIGIDA AOS PAIS: VOCÊ ACHA VIÁVEL SER UM AGRICULTOR “PLURIATIVO”?.....	96
TABELA 04 – QUESTÃO DIRIGIDA AOS PAIS: E PLURIATIVIDADE PREJUDICA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS?.....	97
TABELA 05 – O FUTURO PROFISSIONAL DESEJADO PELOS RAPAZES DA PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA DE ITAPIRANGA/SC	101
TABELA 06 - O FUTURO PROFISSIONAL DESEJADO PELAS MOÇAS DA PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA DE ITAPIRANGA/SC	102
TABELA 07 - ESTÍMULO DADO DOS PAIS A SEUS FILHOS A SEREM AGRICULTORES	103

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 – SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MONDAI E ITAPIRANGA NO ESTADO DE SANTA CATARINA	54
MAPA 02 – MICRORREGIÃO DE SÃO MIGUEL D’OESTE/SC AO QUAL PERTENCE O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA	56
MAPA 03 – ESTRADAS QUE LIGAVAM AS COLÔNIAS VELHAS ÀS COLÔNIAS NOVAS DE SANTA CATARINA COM DESTAQUE PARA PORTO NOVO	60
MAPA 04 – COLÔNIA PORTO NOVO NO INÍCIO DA COLONIZAÇÃO, EM 1926	61
MAPA 05 – LOCALIZAÇÃO DA COLÔNIA DE PORTO NOVO, ADQUIRIDA PELA EMPRESA COLONIZADORA PEPERI – GUAÇÚ (<i>VOLKSVEREIN</i>)	62
MAPA 06 – MAPA DOS 100 KM DE TERRA AO LONGO DO RIO URUGUAI, NO INÍCIO DA COLONIZAÇÃO, PERTENCENTES À EMPRESA DE COLONIZAÇÃO PEPERI-GUAÇÚ (<i>VOLKVEREIN</i>)	65
MAPA 07 - MAPA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA ANTES DO DESMEMBRAMENTO DE SEUS EX-DISTRITOS DE TUNAS (HOJE TUNÁPOLIS) E SÃO JOÃO (HOJE SÃO JOÃO D’OESTE).....	82
MAPA 08–MAPA DE ITAPIRANGA/SC, NA ATUALIDADE	84

LISTA DE FOTOS

FOTO 01 – HOTEL EM ITAPIRANGA, NO INÍCIO DA COLONIZAÇÃO	66
FOTO 02 – NÚCLEO URBANO DE ITAPIRANGA (ANTIGA PORTO NOVO), ÀS MARGENS DO RIO URUGUAI, POR VOLTA DE 1927	68
FOTO 03 – ACESSOS E TRANSPORTES EM ITAPIRANGA (INÍCIO DA DÉCADA DE 1930), A PARTIR DE MONDAÍ/SC	69
FOTO 04 – TRAVESSIA SOBRE O RIO URUGUAI DO LADO CATARINENSE PARA O LADO RIOGRANDENSE, E VICE-VERSA, FEITA INICIALMENTE COM BARCAS MOVIDAS A REMO	69
FOTO 05 – BALSAS NO RIO URUGUAI JUNTO À BARRANCA, NA COLÔNIA PORTO NOVO. BALSEIROS NUM MOMENTO DE DESCANSO, NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1930	70
FOTO 06 – FASE INICIAL DO NÚCLEO URBANO DE PORTO NOVO (ATUAL CIDADE DE ITAPIRANGA), AO FUNDO, VISTA DO RIO URUGUAI, EM 1930	72
FOTO 07 – COMERCIAL SCHOELER, PRIMEIRA CASA COMERCIAL DA ANTIGA COLÔNIA PORTO NOVO	72
FOTO 08 – NÚCLEO URBANO DE ITAPIRANGA PROSPERANDO, EM INÍCIOS DA DÉCADA DE 1930	73
FOTO 09 – VISTA PARCIAL DA VILA PORTO NOVO, EM FINS DA DÉCADA DE 1930	73
FOTO 10 – ESCOLA NO INTERIOR DE ITAPIRANGA, NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1930, COM SEUS ALUNOS, PROFESSOR E PADRE DA PARÓQUIA	77
FOTO 11 – A CIDADE DE ITAPIRANGA E A AGROINDÚSTRIA SEARA ALIMENTOS S/A, NA ATUALIDADE	78
FOTO 12 – A AGROINDÚSTRIA SEARA ALIMENTOS S/A DE ITAPIRANGA, NA ATUALIDADE	79

GLOSSÁRIO

- ACARESC - Associação Catarinense de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina
- CAIs - Complexos Agroindustriais
- CPPP - Centro de Pesquisa Para Pequenas Propriedades
- CPPP - Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades
- EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
- FUNEI - Fundação Educacional de Itapiranga
- IAESC - Instituto Assistência e Educação São Canísio
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
- SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
- SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
- SUDESUL - Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul

RESUMO

A colônia Porto Novo (atual Itapiranga, SC) foi construída a partir do ano de 1926, tendo seu processo de ocupação se efetuado até o início da década de 1970, essencialmente com migrantes gaúchos teutos, de confissão católica, provenientes das chamadas Colônias Velhas. Percebe-se no município de Itapiranga um período de transformação e de crise na pequena propriedade agrícola, que se instala em fins da década de 1970, se estende no decorrer da década de 1980, declinando na segunda metade da década de 1990. Essa transformação se expressa na destruição das formas históricas de organização e produção do pequeno produtor rural, seguida da expropriação de parte dessa população do campo. O modelo de modernização na agricultura no município, via Complexos Agroindustriais (CAIs), surgido no início da década de 1970, teve um grande incremento em fins da década de 1990, quando o município retoma o crescimento, com a diminuição da saída do pequeno produtor agrícola do meio rural. Parte significativa dos pequenos produtores rurais buscou uma combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas para complementar sua renda – a pluriatividade. A pluriatividade é considerada a marca desse novo agricultor ao permitir que a pequena propriedade agrícola familiar passe novamente a ter sucessores, além de evitar a saída das famílias para outras regiões.

PALAVRAS-CHAVE: Pluriatividade, Complexos Agroindustriais, Subordinação, Expropriação, Sucessão hereditária.

ABSTRACT

The colony New Porto (current Itapiranga, SC) it was built starting from the year of 1926, tends its occupation process if made to the beginning of the decade of 1970, essentially with gauchos teutos migrants, of Catholic confession, coming of the calls Old Colonies. It is noticed in the municipal district of Itapiranga a transformation period and of crisis in the small agricultural property, that it settles in the end of the decade of 1970, extends in elapsing of the decade of 1980, refusing in the second half of the decade of 1990. That transformation is expressed in the destruction in the historical ways of organization and production of the small rural producer, following by the expropriação of part of that population of the field. The modernization model in the agriculture in the municipal district through Wharf (Industrial Agriculture Complex), initiate in the beginning of the decade of 1970, had a great increment in the end of the decade of 1990, when the municipal district retakes the growth, with the decrease of the exit of the small agricultural producer of the rural way. A significant part of the small rural producers it looked for a combination of agricultural and no-agricultural activities to complement their income - the pluriatividade. The pluriatividade is considered the mark of that new farmer when allowing the small family agricultural property to start again to have successors, besides avoiding the exit of the families for other areas.

KEY WORDS: Plural action, Industrial Agriculture Complex, Subordination, Expropriation, Hereditary Succession.

INTRODUÇÃO

Com o advento da Lei de Terras em 1850, houve a proibição da ocupação de terras devolutas, admitindo a sua compra a dinheiro. Esta lei, de uma certa forma, impediu aos pobres o acesso à terra, além de expulsar nativos de seus territórios, como é o caso dos Kaingang e Guaranis, no oeste catarinense, beneficiando os grandes proprietários, encarregados de produzir para a exportação.

Com o fracasso do modelo latifundiário agroexportador e com a necessidade de aumentar a produção para o mercado interno, estimulou-se a migração interna, que instalou muitas pequenas propriedades em regiões distantes do nosso vasto e imenso país. Isto era o *ciclo das colonizações internas*. Nem mesmo este incentivo e esta prática conseguiram resolver os problemas alimentares e dar uma vida mais digna aos pequenos produtores rurais.

No cenário brasileiro, o processo de modernização da agricultura, culminou com a geração de uma série de conseqüências, dentre as quais o aparecimento de *duas agriculturas*. Tem-se uma agricultura moderna, capitalista, empresarial e tecnificada, e, por outro lado, uma agricultura tradicional, de subsistência, com mão-de-obra familiar e desassistida.

É neste quadro que se insere o município de Itapiranga, localizado na região Oeste do Estado de Santa Catarina e que apresenta condições naturais adversas, com predominância de solos com declive acentuado, rasos e pedregosos. Essa unidade político-administrativa catarinense está inserida em uma região que se tornou, nas últimas décadas, o centro de um dos maiores pólos agroindustriais da América Latina, representado pelas empresas Sadia, Cooperativa Oeste, Frigorífico Chapecó, Perdigão, e Seara Alimentos S/A (com o controle acionário nas mãos da Cargill S/A). Esse processo da economia regional está baseado na pequena agricultura familiar diversificada.

O espaço rural do município de Itapiranga, no Oeste de Santa Catarina, até há pouco tempo, estava sendo abandonado pelas famílias e principalmente pelos jovens (expropriação)¹ afetados pela falta de perspectivas melhores na agricultura (os que ficam são obrigados a se readaptar) e pelo fato de, nas últimas décadas, estarem perdendo a força e a capacidade de poder político.

A colônia Porto Novo (atual Itapiranga), teve seu espaço histórico-geográfico construído a partir do ano de 1926, tendo seu processo de ocupação se efetuado até o início da década de 1970. O esgotamento, o limite de ocupação de mais terras coincide com o momento em que, no cenário estadual e nacional, se propaga e se difunde o *pacotão da Revolução Verde*, a primeira crise do petróleo, os juros altos e o corte nos subsídios para a pequena propriedade agrícola. Além disso, o *meio técnico-científico-informacional* que se instala no cenário nacional e global atinge todos os recantos, mas tem um alto preço para a pequena propriedade agrícola familiar. Em Santa Catarina, a ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural), hoje substituída pela EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e

¹ O processo de saída dos jovens do meio rural do município de Itapiranga/SC foi bem acentuado nas décadas de 80 e até a metade da década de 90, assunto enfocado pelo autor na Monografia de Especialização em Geografia Regional pela Unochapecó, com o tema “*Itapiranga Frente ao Processo de Desocupação do Meio Rural*”.

Extensão Rural de Santa Catarina), ajudava a persuadir o agricultor, através dos seus extensionistas e representantes, que iam *in loco* fazer o incentivo, para a adesão à modernização.

O que se observa em Itapiranga, devido a esse processo, é um empobrecimento, uma subordinação aos CAIs e até uma expropriação dos pequenos produtores. Em decorrência surge a pluriatividade, ou seja, atividades complementares ou suplementares à produção agrícola, exercidas por um ou vários membros de uma família. Notadamente, mesmo com os atores pluriativos, as unidades de produção baseadas no trabalho do casal e dos filhos vão perdendo autonomia e rentabilidade, se comparadas àquelas de uma ou duas décadas anteriores, quando os agricultores se dedicavam unicamente à agricultura. Observa-se, em muitas áreas agrícolas, o abandono de áreas, por falta de tempo ou mão-de-obra para cultivá-las.

No Brasil e especificamente em Itapiranga, as mudanças constatadas no espaço rural resultaram da política de tecnologização, iniciada na década de 1950, cuja retórica foi a adoção de medidas que vinculavam cada vez mais o setor agrícola ao setor urbano-industrial. Mas é com o advento da Terceira Revolução Industrial, com a implantação de uma agricultura em bases empresariais e a adoção e desenvolvimento de programas governamentais com financiamentos específicos para a produção de exportação que se constata mudanças significativas na pequena propriedade agrícola familiar no município.

A política implantada pela *Volksverein* (Sociedade União Popular – Empresa Colonizadora) estabeleceu um modelo de ocupação no município de Itapiranga que teve início no ano de 1926, quando a empresa oportunizou a vinda de famílias de origem alemã e de

confissão católica. Fixado este núcleo, inicialmente chamado de Porto Novo, constituiu-se como um grupo de habitantes “fechados entre si”. Esses colonos isolaram-se em decorrência das características econômicas do modelo implantado e da própria religião.

À medida que este núcleo populacional foi se estruturando e estabelecendo as mais diversas relações com o espaço físico, paralelamente também passou a conviver com o processo sócio-político catarinense e brasileiro.

A partir da década de 1960, pode-se notar transformações significativas, notadamente, quando diversos segmentos da sociedade organizam-se para a instalação de uma agroindústria (abate de porcos e laticínios) e um Colégio Agrícola. A atividade econômica estava assim centrada na agricultura, criação de porcos e gado de leite, tornando-se a característica fundamental da economia da região.

No entanto, a pequena propriedade agrícola familiar, mesmo sendo responsável por 80% da produção de alimentos da Região Sul, conforme dados do Diário Catarinense, de 26 de maio de 2002, convive atualmente com inúmeras dificuldades. Observa-se, na maioria dos casos, agricultores endividados e desanimados ante a falta de perspectiva em dias melhores, pouco apoio de organismos oficiais e falta de investimentos no setor. No município em análise, não são poucos aqueles que, extenuados por anos de dedicação a um trabalho sacrificado e de pouca rentabilidade, ficam excluídos, expropriados, abandonando o campo em direção às cidades, onde, via de regra, o futuro que os espera é ainda pior que aquele que teriam se dedicado à agricultura.

As pequenas propriedades agrícolas do município operam principalmente à

base do trabalho familiar. Assim, dependendo da intensidade das atividades pluriativas exercidas pela família, pode ocorrer falta de mão-de-obra na lavoura, havendo a necessidade de contratação de mão-de-obra temporária ou definitiva. Percebe-se no município em estudo e em todo o oeste catarinense, que, geralmente, a tecnificação implica aumento de gastos monetários, elevando o patamar de custos da unidade produtiva, da mesma forma que a garantia de preços. A disponibilidade de recursos financeiros para arcar com os custos desta nova tecnologia é vital para as economias da pequena propriedade agrícola familiar.

Com relação à comercialização, identifica-se o problema com o atravessador, pois permanece ainda a questão da apropriação de grande parcela do excedente da produção camponesa pelo sistema de comercialização, quando este se apresenta oligopolizado. Somem-se a isso o desgaste das terras cultivadas, o excessivo desmatamento e a falta de rotação de culturas, além do *slogan* da *Revolução Verde*, que fizeram com que o agricultor se atrelasse aos insumos. Automaticamente nestas pequenas propriedades, que possuem como marco característico à policultura, os ganhos e a lucratividade deixaram a desejar.

Essas razões levaram parte da população de Itapiranga a buscar novos lugares. Essas famílias ligadas à pequena propriedade agrícola familiar itapiranguense e à região do Alto Uruguai não tomaram somente rumo ao centro-oeste e norte do país. Medeiros (1998, p. 124) explica que:

[...] de fato, parte importante dos imigrantes procurou o trabalho assalariado nas regiões industriais do Rio Grande do Sul. Munidos geralmente de parques pecúlios, tais imigrantes se acumulam na periferia pobre das cidades, na esperança de aprender a viver como as pessoas da cidade. Na verdade, os primeiros a irem embora descreveram as facilidades da vida na cidade e mostraram seu relativo bem-estar mediante a aparência de pessoas bem vestidas: influenciaram destarte os mais ou menos decididos a partir, escolhendo por fim a situação de trabalhador assalariado da indústria...A atração pela região industrial do calçado, no Vale do Rio dos Sinos, verificou-se tão forte que, toda semana, a partir dos anos 80, ônibus

fretados pelos próprios imigrantes saíam destas cidades industrializadas para ir ao encontro dos parentes que permaneceram nos municípios do Alto Uruguai.

Estes exemplos de migração ilustram, na análise da autora, não apenas a atração exercida pelas regiões industriais, mas também a força de expulsão de um modelo econômico em crise.

Nota-se, no município de Itapiranga, uma transformação na pequena propriedade agrícola familiar, expressa primeiramente na destruição das formas históricas de organização e produção do pequeno produtor, seguida da expropriação de parte da população no campo, além de haver uma combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas pelas famílias (para complementarem sua renda) – a pluriatividade. O modelo de modernização na agricultura no município, via CAIs, foi prejudicial para a produção de alimentos. As exigências do capital passaram a fazer uma constante seleção e re-seleção dos melhores. Um município que já sentia os efeitos da crise mundial da década de 1970 (especialmente a primeira e segunda crise do petróleo), teve sua crise agravada na agricultura na década de 1980. No correr da década de 1990, a política neoliberal gerou uma reorganização da estrutura territorial do município, na qual os CAIs voltaram-se para o exterior, sendo ainda hoje a produção para exportação o seu grande perfil.

Atualmente, em que pese o crescimento que perpassou pelo município nas últimas décadas, é notória a expropriação de pequenos produtores rurais em crise e a exagerada concentração de poder nas mãos dos grandes CAIs.

Esses aspectos problematizadores são, para Soja (1990), a forma de organização do espaço em produtos sociais repletos de políticas e ideologias, contradições e lutas.

A presente pesquisa é uma tentativa e um esforço em contribuir para tornar mais visível essa complexa e problemática exclusão e inclusão das famílias no meio rural itapiranguense. É também uma contribuição para tornar mais compreensível as implicações econômicas, sociais, políticas, culturais e religiosas provocadas pela desestabilização decorrente deste processo.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, foram observados os seguintes procedimentos: revisão bibliográfica; investigação participativa junto aos órgãos públicos e às famílias de Itapiranga, buscando situar os locais para onde se dirigiram os ex-moradores da pequena propriedade agrícola familiar; mapeamento dos fluxos migratórios; entrevistas qualitativas com as famílias das pequenas propriedades agrícolas familiares do município de Itapiranga; organização e análise dos resultados dos dados das entrevistas; localização dos diferentes territórios de atuação dos CAIs, identificando os seus respectivos integrados e área de atuação; entrevistas com os integrados, procurando identificar os pluriativos; entrevistas com os técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos que atuam junto à Prefeitura Municipal, à EPAGRI² (junto à qual atua o CPPP³), à Cooper A1 (Filial da Cooperativa Aurora de Chapecó/SC), à Seara Alimentos S/A, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e ao Colégio Agrícola (dentro do município), e identificação, através das respostas geradas pela entrevista, de perdas sentidas, tanto dos integrados, quanto daqueles que partiram de Itapiranga.

No primeiro capítulo será tratada a crise do Estado desenvolvimentista. O período da presença de um Estado ativo e intervencionista, detentor de projetos de desenvolvimento nacional, deixa de existir na década de 1970. As políticas de corte cepalino propunham a superação do atraso através de uma industrialização incentivada pelo Estado.

² EPAGRI: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

³CPPP: Centro de Pesquisa Para Pequenas Propriedades

Havia o objetivo da criação de economias nacionais auto-sustentáveis. A agricultura é atingida, em especial a pequena propriedade agrícola familiar.

A questão da cidade contra o campo, no período do *Nacional-Desenvolvimentista*, perpassa todo o Brasil, sendo analisada no segundo capítulo, mais detidamente, sua implicação em Santa Catarina. A modernização e a interiorização no Estado de Santa Catarina; a *Revolução Verde* como processo de mudança na relação campo x cidade; a ACARESC⁴ e a sua relação com a *Revolução Verde*, influenciando a modernização (capitalista) na pequena propriedade agrícola familiar de Santa Catarina, levando ao campo as mesmas práticas de controle e gestão social que eram empregadas nos centros urbanos. Neste período, o Estado tem a visão e a preocupação em estender seu braço em direção ao interior.

No terceiro capítulo, será tratada a crise do Estado Desenvolvimentista brasileiro, no início da década de 1970, quando os CAIs ganham força e passam a atuar sobremaneira nas pequenas propriedades agrícolas familiares do oeste catarinense e, especificamente, no município de Itapiranga, universo de análise do presente estudo.

A construção do espaço geográfico-histórico do município de Itapiranga será analisada no quarto capítulo. Em seus subitens, serão tratadas: a integração e a subordinação dos pequenos produtores rurais aos CAIs do município ou região; a agricultura familiar e o deslocamento pendular de membros da família em busca de mais renda; a pluriatividade e a sucessão hereditária no município.

O futuro rural de Itapiranga e suas perspectivas são tema de análise no capítulo cinco. A pluriatividade tem sido a solução mais viável para resolver o impasse da sucessão

⁴ Associação Catarinense de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina

hereditária. O desempenho de funções agrícolas e não-agrícolas por parte de um ou mais membros das famílias na pequena propriedade agrícola vem se configurando na melhor alternativa para o município. Constatou-se que mais de 90% dos pluriativos são formados por apenas um membro da família, o que não prejudica significativamente a produção de alimentos nas propriedades agrícolas. Além do mais, é notória a qualidade de vida relativamente boa dos atores pluriativos, quando comparados com os operários que moram na cidade e em seus bairros. Soma-se a isto, ainda, o aspecto social que no interior, no meio rural, é muito melhor, devido à integração da comunidade refletida na ajuda mútua entre seus membros.

Finalmente, nas Considerações finais, com base nos dados e nas informações obtidas, tanto junto aos diferentes órgãos públicos e privados, quanto nas entrevistas, cujo número de entrevistados girou em torno de 30% dos integrados e pluriativos do município, procura-se analisar a contribuição da pluratividade para o município de Itapiranga.

1 A CRISE DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA: ALGUNS PONTOS BÁSICOS PARA A COMPREENSÃO DA CRISE NA PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA FAMILIAR

Quando se faz a análise de um Estado (e a relação entre território), precisa-se ter claro que esse remete à idéia de poder exercido num determinado espaço. Se há poder em uma pessoa ou em um grupo, é porque existe a capacidade de produzir resultados previamente desejados, certamente com auxílio de um número variado de meios. Além disso, o poder político intervém nos processos e mecanismos por meio dos quais se regulam as relações sociais e se dirigem as ações coletivas. Conforme Fiori (1992, p. 88):

dessa forma, sem desconhecer a importância das reformas institucionais, a reforma essencial do Estado passa por uma redefinição de compromissos e pela afirmação da supremacia. É por isso que a reorganização do Estado é a contraface indissociável da afirmação política e econômica de um novo projeto e estratégia de desenvolvimento.

O Estado, ao longo da história, recebeu um grande número de definições. Ao buscar a origem do Estado, por exemplo, o grande intelectual e estudioso Santo Agostinho explica-o através do *pecado original* (os homens deveriam viver sob uma autoridade maior, capaz de reprimir suas tendências a se maltratar mutuamente). Para Santo Agostinho, uma sociedade humana sem Estado é pouco menos do que inconcebível (afinal, só ele permitiria aos homens viver em sociedade). E, ao considerar-se a análise de alguém que não foi santo,

como é o caso do célebre pensador inglês Hobbes (o qual não tem necessidade de recorrer ao argumento do pecado original), observa-se que pensava e descrevia a função do Estado de uma forma muito semelhante àquela do santo. Assim sendo, pode-se afirmar que o Estado é um produto da história; mas não de todas as histórias (cite-se o caso das sociedades tribais, com complexos sistemas de autogestão e *coesão social* – sociedades sem Estado). Onde quer que tenha sido gerado, o Estado interferiu nas relações familiares, religiosas, profissionais, de trabalho, de estudo, entre as gerações e, enfim sobre o espaço geográfico.

Observando-se o verso de uma antiga nota de quinhentos cruzeiros (antes da era Sarney) dos anos 80, vêem-se ilustradas cinco diferentes configurações territoriais, pelas quais teria passado o Brasil. Após vários (e diferentes) processos, finalmente teria chegado a hora da integração do território. Essa seria a última fase. Mas, ao admitir-se a necessidade de uma integração que pudesse abranger a totalidade do território, era porque se considerava que essa integração não existia ou, pelo menos, era imprópria. A fragilidade dessa integração deve-se à tênue relação estabelecida entre os Estados após o desmembramento das capitânicas hereditárias. O território foi economicamente (e politicamente) explorado de forma diversificada. Nota-se a presença marcante da população de origem africana nos lugares onde a escravidão foi dominante, a influência dos imigrantes europeus nas regiões de cultura do café, no Estado de São Paulo, e as diversas colônias que se estabeleceram no sul do país (especialmente a pequena propriedade agrícola familiar). De qualquer forma, segundo esclarece Costa (1988, p. 23), “ainda hoje, a integração nacional é um projeto em execução e, ainda as ‘províncias’ (atuais estados) e municípios clamam por autonomia e descentralização” E, mesmo com o advento da República e a abolição escravocrata, desenvolveu-se uma burguesia e um proletariado no Brasil. O Estado modificou-se (juntou ao autoritarismo, as

funções de um Estado capitalista) e, ainda de acordo com Costa (1988, p. 23), “modernizou-se sem democratizar-se e, o que é mais grave, centralizou-se ainda mais”.

No campo político-administrativo, verifica-se que a dinâmica territorial se dá no parcelamento, enquanto o movimento da economia age no sentido de *turvar* as divisões, colocando como problema central em várias épocas, desde 1930, a questão da *integração nacional*. Através da Revolução de 1930, buscou-se uma política de claro apoio ao processo de industrialização, liderada por Getúlio Vargas.

Como berço da indústria mais avançada, São Paulo beneficiou-se das políticas que foram sendo implantadas (especialmente com a política nacional-desenvolvimentista). Com a criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem/DNER, foi aprovado o plano rodoviário nacional. O centro de entroncamento passou a ser o eixo Rio-São Paulo. As superintendências regionais surgiram com o argumento de “desinchar” esse eixo. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia/SUDAM, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul/SUDESUL e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste/SUDECO também são esforços neste sentido. Mas os interesses ainda continuam. Os interessados em certa configuração territorial vão estendendo sua rede e influenciando os rumos que desejam trilhar.

Até a década de 1930, o Brasil possuía uma vocação (estratégica) agrária de cunho liberal-oligárquico. No pós-1930, o Estado nacional-desenvolvimentista teve sua base originada na esquerda e na burguesia nacionalista apoiada na teoria de Keynes.

Deve-se a Keynes a formulação teórica da estratégia político-econômica, que passaria a transformar a natureza do Estado de regime capitalista. O Keynesianismo argumenta que o setor privado não é capaz por si só de garantir a estabilidade da economia. Não era capaz de evitar as crises profundas como a que se estava vivendo. Para que a economia se mantenha em equilíbrio e possa empregar todos os recursos, é necessário que o Estado intervenha na economia. O que Keynes pregava não é um questionamento do sistema capitalista, mas a salvação para o dito sistema. Com o advento da profunda crise de 1929, a tábua de salvação foi a intervenção do Estado na economia, através da estatização de muitas empresas falidas para assegurar o emprego dos recursos econômicos e sobretudo da mão-de-obra. O Keinesianismo, análogo ao europeu, (re)dinamizou a economia diminuindo, por um período de mais de trinta anos, as crises, e criou empregos, além de afastar o ideário socialista de controle direto do Estado. Este período do pacto entre capitalistas e sindicatos foi chamado de *Welfare State* (O Estado de Bem Estar).

Os caminhos, para a presença de um Estado ativo e intervencionista, são atribuídos à Cepal, a qual era detentora de projetos de desenvolvimento nacional. As políticas de corte cepalino propunham a superação do atraso através de uma industrialização incentivada pelo Estado. Havia o objetivo da criação de economias nacionais dinâmicas que reproduzissem ao âmbito de país e América Latina, economias nacionais auto-sustentáveis. Sua estratégia de ação envolvia, conforme Fiori (1995, p.98):

por um lado, o controle estatal seletivo do câmbio, das tarifas e do crédito como instrumentos para lograr uma industrialização orientada pela substituição de importações e, por outro, a presença ativa do Estado como produtor de insumos e fornecedor de infra-estrutura de transportes e comunicações.

O período do pós-II Guerra Mundial até a década de 1960 é conhecido como sendo o da *modalidade estável de desenvolvimento*. Quando a crise do petróleo, em 1973,

atinge a América Latina, estava em vigor ainda, no Brasil e no México, o projeto de desenvolvimento de corte cepalino. No final da década de 1980, apenas o Brasil não havia abandonado o ideário desenvolvimentista (mesmo estrangulado com alta dívida externa, falência do Estado, hiperinflação e uma economia estagnada). Junto com a crise econômica também entra em crise a teoria que havia guiado a política econômica desde o fim da II Guerra Mundial. Entra em crise o Keynesianismo, já que a intervenção do Estado na economia não pôde evitar as novas crises (aparecendo em ciclos cada vez mais curtos) e surge uma nova corrente – o neoliberalismo. Os neoliberais, para defenderem suas idéias econômicas ⁵, partem para as experiências práticas. Os neoliberais afirmam que o Estado não é a solução para os problemas, mas sim que o Estado é o problema (e, portanto, deve ser combatido, esfacelado, sucateado).

Mas o que significa “neoliberalismo”? “Neo” quer dizer novo e “liberalismo” se refere ao pensamento que serviu de base ao capitalismo desde o seu princípio e que está baseado no individualismo e na liberdade de empresa. É denominado de Novo, porque ressurgiu depois de aproximadamente 40 anos. Ante a crise da década de 1970, os neoliberais sustentam que a crise é culpa do Estado na economia. Assim sendo, sua ideologia política-econômica é posta em prática através dos PAEs (Programas de Ajuste Estrutural), que contém Políticas de Estabilização (para corrigir desequilíbrios da economia) e Políticas de Ajuste (maior diversificação da economia, obtenção de maior eficiência econômica, redução às tarifas de importação, taxas de juros reais positivas, incentivo às exportações não-tradicionais). Através desses procedimentos, o Estado, na visão de Fiori (1992, p. 83), “perdeu o comando da política macroeconômica e a iniciativa do crescimento [...] gerando um processo acumulativo e entrópico do setor público e de desorientação do setor privado”.

⁵ Como teoria, estas idéias já estavam elaboradas desde o final da II Guerra Mundial, por seus representantes Friedman e Hayec, tendo como sede a escola de Chicago.

Nos programas de ajuste estrutural estão as raízes da crise da dívida na América Latina, que se agrava a partir de 1982. Por meio destes programas, trata-se de corrigir certos desequilíbrios das economias para que estas possam pagar a dívida externa, recorrendo ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Estas instituições atreladas impõem condições para conceder um empréstimo e uma delas é implementar os Programas de Ajuste Estrutural. A dívida externa brasileira serve de pressão para que os Governos coloquem em prática as “recomendações” dos organismos internacionais e para que vendam as propriedades do Estado às empresas transnacionais.

O atual estágio da crise política-econômica pelo qual o Brasil passa nesse momento, se deve à adoção principalmente dos Planos de Ajustes Estruturais (adotados na prática, a partir do Governo Collor, em 1990). Assim, tem-se os empresários privados aumentando seus capitais e lucros e, em contrapartida, uma diminuição do poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores, expropriação dos pequenos produtores rurais, subordinação aos CAIs, reduções nos gastos sociais do Estado, pagamento de menos impostos por parte dos empresários, eliminação do controle dos preços, privatização das empresas públicas lucrativas, sucateamento das escolas e Universidades Públicas, entre outras. A solução parece estar nas palavras de Fiori (1992, p. 88), o qual afirma que “nesta hora de inflação, pois, as transformações que se impõem são radicais, mas, em nosso entender, apontam para uma mudança qualitativa e não para uma diminuição do papel do Estado”. O atual quadro político-econômico brasileiro evidencia que é um erro defender a estatização ou a privatização em nome de uma maior eficiência dos meios produtivos. A teoria econômica (de Adam Smith) diz, de modo científico, que a eficiência está onde há concorrência. E isto pode acontecer tanto nas empresas públicas como nas privadas. O governo, na última década, repassou ou

vendeu seus monopólios estratégicos. O grande número de desempregados e a expropriação dos pequenos produtores rurais no país demonstram, que a inserção no mundo globalizado, com a atual política econômica, não é simples e nem fácil. A atual política econômica do governo continua sendo exemplo do favorecimento dos interesses internacionais, além de ser uma política vantajosa aos bancos internacionais e aos brasileiros que têm “caixa dois” lá fora e aplicam no país. Liberdade de comércio e câmbio fixo exige ganhos de produtividade ou reduções na taxa de lucro, quando não as duas coisas. Numa economia rígida, tem-se como consequência o desemprego. Para amenizar o problema, recorre-se à elevação da taxa de juros (uma das mais altas do mundo), tornando a economia brasileira dependente do sistema financeiro internacional.

O Brasil foi o melhor exemplo, e ainda continua sendo, o caso mais bem-sucedido de industrialização na América Latina. A criação da Petrobrás, do Banco Nacional de Desenvolvimento/BNDE, o Plano de Metas com JK, o I e o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) são práticas e projetos que trouxeram grandes avanços, nos cinquenta anos de estatismo e nos trinta anos de industrialismo.

Se, no período de 1930 até o início da década de 1980, ocorre um relativo sucesso econômico, a partir de 1980, verificam-se, claramente, algumas contradições e desajustes: expansão e fechamento da fronteira agrícola, criação de novos e poderosos complexos agroexportadores e agroindustriais, além de fragmentação da pequena propriedade agrícola familiar e expropriação do pequeno produtor rural. Aumentaram as migrações de populações do campo para a cidade.

Estas contradições acirraram as relações do campo com a cidade, no Brasil e

especialmente no oeste de Santa Catarina, onde a pequena propriedade agrícola familiar desempenha uma importante fonte de sobrevivência para a maioria da população que se ocupa do espaço rural.

2 A CIDADE E O CAMPO EM SANTA CATARINA NO PERÍODO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA

Em Santa Catarina, a influência da Revolução Industrial se fez sentir a partir da II Guerra Mundial. O maquinário e o “modernismo” passaram a influenciar e se fazer presente no campo. Lohn (2000, p.42) destaca que:

era uma época em que, mais do que nunca, a crença moderna a respeito da subjugação da natureza, da superação dos limites naturais pela vontade criativa e transformadora do homem, foi difundida aos quatro cantos, tornando-se uma das mais poderosas imagens do homem moderno.

A partir daquele momento, os agricultores catarinenses perceberam uma vontade das empresas e do governo em transformarem aquelas paisagens que comumente são associadas ao bucolismo, tranqüilidade e vida pacata. Da mesma forma como os trabalhadores do meio urbano, que já vinham sentindo os efeitos da Revolução Industrial, agora também os trabalhadores rurais, os lavradores passam a viver em um ambiente bastante modificado, diferente ao qual estavam acostumados. Por essa época, em torno de 70% da população catarinense ainda vivia no campo.

Quando se analisam livros históricos, reportagens, pronunciamentos e discursos governamentais desse período, fica clara a acentuada preocupação com a

modernização técnica dos meios de produção e de organização da propriedade, seus espaços e tempos do homem do campo catarinense, apontando para a necessidade de intervenção do Estado. No discurso no dia de emancipação do município de Itapiranga, desmembrando-se do município de Chapecó, no ano de 1954, o então Governador de Santa Catarina lembrou-se e referiu-se à grande crise que se instalou no campo, ressaltando, conforme dados do Museu de Itapiranga/SC, que “para melhorar a vida do lavrador só mesmo dotando-lhe dos aparatos tecnológicos necessários, através do processo de mecanização, tornando rendoso, lucrativo e menos pesado a vida no campo” .

No correr da década de 1950, encontram-se freqüentemente citações, em livros de registros⁶, que parecia corrente, entre as elites que dominavam o aparelho governamental, um discurso de crise e de decadência do Estado, o qual era referido como um injustiçado em relação a seus vizinhos e, ao mesmo tempo, carente de uma tão propalada “integração interna”. Para o governo da época, o melhor lugar do mundo não era Santa Catarina. Porto Alegre (com quem o oeste ainda hoje tem fortes laços) e Curitiba seriam as “capitais econômicas”. Havia o pressuposto e a tese de que o *hinterland* (o interior), com diferentes “ilhas de cultura”, não era harmonioso e não estaria integrado à vida política e cultural da capital. Seria preciso, conforme o Governador Jorge Lacerda, em mensagem à Assembléia Legislativa no ano de 1956, que as diversas regiões fossem atingidas pelos “interesses políticos, econômicos e culturais que irradiam-se partindo do centro para a periferia, como a corrente sanguínea que se insinua em todas as partes do corpo levando a célula o alimento de que esta necessita” (SANTA CATARINA (b), p.8).

⁶ São as mensagens enviadas pelos Governadores ou Vice-governadores à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina ou os discursos de pronunciamentos, arquivados na Assembléia Legislativa.

2.1 A MODERNIZAÇÃO E A INTERIORIZAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA: A PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA SOFRE MUDANÇAS

A interpretação que se pode dar quanto à preocupação do Estado em estender seu braço em direção ao interior é que, dessa forma, leva ao campo as mesmas práticas de controle e gestão social empregadas nos centros urbanos. Durante o século XX, houve a ocorrência intermitente, embora que difusa, de um discurso a respeito da crise e do atraso da agricultura de Santa Catarina. Ressaltava-se o atraso dos processos e das formas de trabalho, o desestímulo do agricultor, seus hábitos predatórios, algo que deveria ser alvo da intervenção do Estado, através dos meios então disponíveis. Nas mensagens de governadores e relatórios de secretários de Estado, havia alertas para a *rotina de velhos hábitos* e a necessidade de encaminhar o lavrador *para a cultura racional e intensiva*.

No período do Estado Novo (1937-45), o governo de Getúlio Vargas também se preocupou com uma intervenção educativa no campo, prática que ficou conhecida como *ruralismo pedagógico*. Era uma preocupação com a política demográfica, segurança nacional e colonização interna.

O ruralismo pedagógico tinha um vínculo com a política de interiorização e conquista do território brasileiro pelo governo e suas instituições. No estado de Santa Catarina, um marco desse projeto foi a chamada *Marcha para o Oeste*, lançada em 1938. Conforme Prado (1995, p.7), esta marcha “visava criar condições favoráveis à vida rural, contribuindo ao mesmo tempo, para incentivar a ida de populações pobres para o interior,

além de favorecer a permanência do trabalhador rural no campo” Havia uma intenção política de frear o êxodo rural, o qual poderia causar transtornos e descontrole nas cidades.

Surgem, na década de 1950, os discursos do ideário nacional-desenvolvimentista que traziam como novidade a necessidade de criação de uma série de instrumentos que alcançassem o agricultor em sua propriedade e atuassem, na prática, na mudança de seus hábitos de vida, de trabalho e de consumo. O discurso do atraso no campo tornou-se uma política pública em Santa Catarina que, de acordo com Lohn (2000, p.46), foi cada vez mais sendo “sistematizada e efetiva, substituindo as ações dispersas e descontínuas anteriores”. Dessa forma, conforme o autor,

o crescente avanço das relações capitalistas de produção no meio rural catarinense, logo chamou a atenção para a inadequação do pequeno produtor familiar catarinense às novas técnicas e aos ritmos de trabalho exigidos, o que levou o Estado a intervir diretamente sobre suas práticas costumeiras de trabalho (LOHN, 2000, p.46).

Dentro do projeto Nacional-Desenvolvimentista, a partir da década de 1950, empresários e governantes têm como solução para salvar a agricultura brasileira, e conseqüentemente a catarinense, orientação e apoio para que os agricultores entrassem em contato com as novas tecnologias que as empresas capitalistas estavam vendendo.

2.2 A REVOLUÇÃO VERDE COMO PROCESSO DE MUDANÇA NA RELAÇÃO CAMPO X CIDADE EM SANTA CATARINA

Para uma melhor compreensão das mudanças ocorridas no espaço rural brasileiro, especialmente a partir da década de 1960, se faz necessário considerar o final da II

Guerra Mundial, quando os Estados Unidos se consolidam e se afirmam como líderes no mundo capitalista.

A mudança mais significativa no campo econômico que ocorreu foi a *revolução tecnológica* dos países em desenvolvimento. De uma agricultura tradicional (baseada no uso intensivo de recursos naturais), para uma agricultura moderna (uso de máquinas, implementos, além de técnicas mais sofisticadas).

Para a efetivação dessa mudança, foi introduzida nos países em desenvolvimento a chamada *Revolução Verde*. Conforme Pessôa (2001, p.96), “o objetivo era aumentar a produção e a produtividade agrícola do mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal e da aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais modernos e eficientes”. Os países, ao adotarem a modernização da agricultura, almejavam uma maior produtividade, substituindo mão-de-obra pela máquina e utilizando insumos produzidos pelo setor não-agrícola (industrial). A autora destaca também que estas mudanças em Santa Catarina e no Brasil, constatadas no espaço rural, “resultaram da política de modernização, iniciada na década de 1950, cuja tônica principal foi a adoção de medidas que vinculassem, de forma cada vez mais estreita, o setor agrícola ao setor urbano/industrial” (PESSÔA, 2001, p. 96).

A euforia e desenvolvimento da década de 1960 se devem, em grande parte, à influência dos países ricos que haviam desenvolvido experiências e tecnologias ao longo da II Guerra Mundial, e depois dela, no setor agrícola. Surgiram os inseticidas, herbicidas, fungicidas e “sementes milagrosas” (os híbridos). A indústria dos países ricos se desenvolveu para produzir estes insumos, tratores, implementos e outras máquinas.

Esses países, donos desse “pacotão”, começaram a se interessar pelos países novos e pobres para comercializar seus produtos com eles. Esse pacote, conhecido como *Revolução Verde*, entrou no Brasil com a concessão e incentivos do governo, durante a ditadura militar, na década de 1960. A ONU (Organização das Nações Unidas) e os governos incentivaram a *Revolução Verde* como instrumento para acabar com a fome dos povos necessitados da Ásia, África e América Latina. O país que liderou esse pacote aqui na América e o que mais se beneficiou foi os Estados Unidos. Grupos como a Rockfeller, Ford e Shell são exemplos dos que conduziram esses projetos.

Os pequenos produtores ficaram à margem desse processo. Mesmo assim, influenciados, introduziram algumas novas tecnologias, como máquinas, adubos, agrotóxicos, sementes, e outros. De acordo com Lohn (2000, p.47), esta influência se deve ao “discurso dos patrocinadores da Revolução Verde, que ressaltava uma imagem humanitária”. Atualmente, em que pese o crescimento que perpassou pelo município de Itapiranga, nas últimas décadas, foi notório o abandono do meio rural. Também ocorreram mudanças na forma de trabalhar a pequena propriedade agrícola, onde o agricultor, em busca de mais renda, ocupou-se de funções agrícolas e não-agrícolas, para resistir à crise que se instalou no meio rural. Mas a modernização, conforme Pessoa (2001, p.97), “caracterizou-se como um processo induzido e somente se tornou possível mediante a intervenção do Estado”.

2.2.1 A ACARESC E A SUA RELAÇÃO COM A REVOLUÇÃO VERDE E A MODERNIZAÇÃO NA PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA FAMILIAR DE SANTA CATARINA

A difusão de novas tecnologias e produtos do *pacote* da *Revolução Verde*, principalmente em países periféricos, feita por milionários (e empresários) norte-americanos passou a ser compartilhada com os governos dos diversos países interessados e surgiram instituições destinadas a difundirem essas idéias. Em Santa Catarina, o exemplo prático (ou experiência prática) foi a fundação, em 1956, da Associação Catarinense de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina/ACARESC (hoje substituída pela EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural), através da qual o Estado promovia o Serviço de Extensão Rural que, *in loco*, persuadia os agricultores a aderirem à “modernização”. Além disso, havia ainda os “representantes” (aqueles que vendiam produtos de casa em casa). O que se observa em Itapiranga, decorrente desse processo, é uma alienação, uma expropriação, uma subordinação (aos ditames das agroindústrias e ao mercado mundial) e, em vários momentos, uma exclusão.

A ACARESC disseminava em Itapiranga, e em todo território catarinense, o papel da pequena produção dentro do *pacote* da *Revolução Verde*, para que se produzissem alimentos para os trabalhadores, cujos preços são controlados pelo governo e mantidos baixos como forma de serem mantidos baixos também os salários.

Os filhos de agricultores - e mesmo famílias inteiras -, fortes e com disposição para o trabalho, foram estimulados a migrar, quando *expropriados*, para servirem de mão-de-obra barata nas indústrias (a maioria multinacional). Além disso, a ACARESC instruía e

orientava para que os produtores da pequena propriedade agrícola familiar fornecessem matéria-prima para a agroindústria e adquirissem máquinas, insumos e sementes dessas indústrias.

As conseqüências da *Revolução Verde* são inúmeras, cabendo destacar que esse modelo tecnológico foi prejudicial aos solos, à vida das pessoas e ao ambiente. O largo uso de agrotóxicos, o excesso de adubo químico e a intensa mecanização (compactação do solo) trouxeram prejuízos aos pequenos produtores rurais.

Os altos custos e os baixos preços obtidos na comercialização dos produtos descapitalizaram os agricultores que, endividados, buscam empréstimo financeiro junto aos bancos, sem grande perspectiva para a devolução. Além disso, todo o capital da agricultura foi transferido via governo para os *CAIs*, os quais não dão garantia de preço aos seus produtores.

Em Santa Catarina, a partir da *Revolução Verde*, mesmo que geograficamente com um terreno predominantemente acidentado, foram introduzidas, principalmente, as culturas de soja, milho e trigo. As pequenas propriedades agrícolas familiares, e neste particular as de Itapiranga, deixaram de lado produtos tradicionais, como mandioca, feijão, cana-de-açúcar, batata (inglesa e doce) e inúmeros outros produtos do setor hortifrutigranjeiro; ademais, os porcos (de pelagem preta, vermelha e branca) deixaram de ser criados de uma forma mais agroecológica e, portanto, de uma forma mais barata. Os porcos foram substituídos gradativamente, a partir da década de 1970, pelos suínos (os híbridos, raças selecionadas e de pelagem branca). Os lucros obtidos com a soja, o milho e o trigo não foram satisfatórios e, além disso, “generalizou-se em maior ou menor grau a perda do caráter ritual da alimentação [...] no qual ‘os fast-foods’, alimentos em pó e congelados, representam

toda uma nova forma do cotidiano” (LOHN, 2000, p.52), alcançando, conseqüentemente, todos os recantos e todos os pequenos produtores rurais do território catarinense.

A partir da década de 1970, a orientação e a assistência técnica nas agroindústrias também passam a ser feitas pela ACARESC. As agroindústrias tiveram apenas de impor os contratos de produção. As pequenas agroindústrias estavam em bancarrota (açougues, alambiques, moinhos, etc.), devido à concorrência das grandes agroindústrias com mais capital de giro e de investimento.

3 A CRISE DO ESTADO-DESENVOLVIMENTISTA X BEM-ESTAR DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS

As grandes transformações que ocorrem no mundo rural são decorrentes da expansão do capitalismo no campo. A retórica do capitalismo baseia-se lei da reprodução crescente e ampliada. A tendência do capital, conforme Martins (1981, p.152), é a “de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria”.

Sobre a expansão do capitalismo, Martins (1981, p.152) nos ensina que:

O principal da expansão do capitalismo é basicamente isso: os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar. Como já não são proprietários nem dos instrumentos de trabalho nem dos objetos, mas matérias-primas, empregados no trabalho, não têm alternativa senão a de vender a sua força de trabalho ao capitalista, ao patrão.

É na relação de liberdade e de igualdade que se baseia a relação social capitalista. Assim, os trabalhadores são livres para vender sua força de trabalho a quem precise comprá-la – quem possui as ferramentas, as máquinas e os materiais, mas não tem o trabalho. Martins (1981, p.152) ressalta que “a relação de compra e venda só pode existir entre pessoas formalmente iguais. Só pessoas juridicamente iguais podem fazer contratos entre si”. Como são iguais, cada uma delas pode desfazer-se do contrato quando julgar

necessário. Não é por acaso que Martins (1981, p.153) afirma que, no capitalismo, “cada pessoa se cria na pessoa do outro”.

A maior parte da alimentação em nosso país é produzida por pequenos produtores e não por empresas capitalistas. Até recentemente não havia uma política de incentivos fiscais ou de transferência de renda para esses produtores. Esse tipo de política, por longos anos, denunciava claramente o Estado brasileiro como um Estado de classes. Assim, segundo Martins (1980, p. 49), “a política oficial não transformou os grandes capitalistas em pastores de vacas, mas em pastores de incentivos fiscais”. Com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF, esse panorama, em parte, começa a mudar.

Nas décadas de 1980 e 1990, o município de Itapiranga vivia um amplo processo de expropriação dos pequenos produtores, que não conseguiam se inserir dentro do mercado capitalista competitivo. Por haver a crença que os impasses na pequena propriedade agrícola familiar estariam na comercialização dos produtos agrícolas, atribuiu-se a culpa desse quadro quase que unicamente ao intermediário, o qual se apropriava de parte significativa dos resultados do trabalho do pequeno produtor. Ao eliminar-se o intermediário, pensava-se que o problema estaria resolvido. Porém a situação é mais complexa e Martins (1980, p.62) salienta “que o capital não age setorizado; ele opera um conjunto dos processos econômicos. Por isso, ele procura dominar tanto a produção, quanto a circulação das mercadorias”.

Ao se analisar o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção, verifica-se que o mesmo não está circunscrito apenas à produção imediata, mas também à circulação de mercadorias. Inclui a troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro

por mercadorias. Para Martins (1980), o modo capitalista de produção é o modo de produção de mais-valia (e não meramente produção de mercadorias).

A mais-valia está atrelada à mercadoria e a sua realização é possível com a circulação, a troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadoria .

Foi Karl Marx, no século XIX, quem desvendou o mecanismo da exploração capitalista da “mais-valia”, que é a essência do lucro. Marx utiliza dois conceitos para compreender dois momentos distintos dentro do capitalismo industrial: o da *mais-valia absoluta*, que consiste em alongar ou aumentar a jornada diária de trabalho, e o da *mais-valia relativa*, que consiste em aumentar a produtividade do trabalho, aumentando o rendimento do trabalhador sem alongar a jornada diária. O trabalho assalariado é uma relação tipicamente capitalista, pois se dissemina à medida que o capital começa a ser produzido, forçando uma necessidade de expansão dos mercados consumidores.

Portanto, dispondo de dinheiro (D), o capitalista o investe com o objetivo de ter lucros. Para isso compra mercadoria (M), que pode ser dividida em meios de produção (mp) e força de trabalho (ft). Após converter seu dinheiro em meios de produção e força de trabalho, tem início o processo produtivo (P). Esse se transformará em capital, que vai permitir a produção de mercadorias (M'). A venda das mercadorias (M') permitirá ao capitalista receber uma quantidade de dinheiro (D'), que deverá ser superior ao D que foi colocado na produção, caracterizando o seu lucro. O lucro do capitalista é, portanto, o D' menos o D. O D' é reinvestido na produção, dando início a um novo ciclo de reprodução do capital, que assim vai se acumulando crescentemente.

Depois de construir, reformar ou ampliar uma agroindústria de abate de frangos, por exemplo, o capitalista terá que comprar matérias-primas, tais como frango, embalagens, tinta, cola, etc. Terá que adquirir máquinas que cortam partes do frango, que façam a embalagem e outros. Precisarão também de modernos computadores e veículos. Tudo isso são os meios de produção (mp).

Tendo montado essa infra-estrutura, é necessário contratar os trabalhadores – que exercem a força de trabalho (ft) – para operar as máquinas e os veículos, controlar os estoques, fazer a divulgação, as vendas, enfim, para pôr tudo isso em funcionamento.

Depois de industrializar uma quantidade de mercadorias (frangos), representada por (M'), que será vendida no mercado consumidor, o dinheiro recebido no final (D') tem que ser suficiente para pagar os salários dos trabalhadores, os fornecedores de matérias-primas, os impostos, etc. Após pagar todas as despesas, ainda deve sobrar algum dinheiro – essa sobra é representada pelo símbolo ' (lê-se “linha”) –, que é o lucro do capitalista. Esse deverá ser reinvestido na compra de mais matérias-primas, na contratação de mais trabalhadores e para ampliar a produção.

O ciclo se reinicia e, ao final de mais um período, o resultado obtido deverá ser maior que o investido, daí D'' (“duas linhas”), que entrará novamente na produção, permitindo que o capital se acumule crescentemente. Ao longo desse processo, porém, o que acontece se, no final, o D' obtido pelo capitalista for menor do que D que ele investiu? A falência.

Assim sendo, depois de compreendidas as características do capital produtivo, fica mais fácil entender o que significa capital especulativo. Na especulação, o capital se

reproduz sem passar pela produção. Nesse caso, dinheiro gera dinheiro. A fórmula é simples e pode ser resumida como: $D \rightarrow D'$; $D' \rightarrow D''$; $D'' \rightarrow D'''$; $D''' \dots$ e assim sucessivamente.

O dinheiro virou informação em decorrência da vasta rede de telecomunicações que interliga continentes, países, regiões, cidades e pessoas. Compreende-se, assim, porque o capital especulativo varre o mundo diariamente em busca dos melhores investimentos.

Ao se estudar o capitalismo, verifica-se que o capital encontrou na pequena propriedade agrícola familiar, em âmbito de mundo, uma valorização quase imensurável. Até o término da II Guerra, o capital subordinava e atrelava regiões e produtos selecionados do *terceiro mundo*. O avanço técnico-científico demonstrou que não interessavam apenas os produtos selecionados (basicamente os tropicais) à acumulação, mas toda a terra e todos os produtores. Uma imensa massa de *despossuídos* estava disponível à exploração. Por isso se entende o interesse para que suínos, aves, leite, ovos, feijão, trigo, milho, entre outros deixassem de ser produzidos no sistema *tradicional*.

No espaço do oeste catarinense e especialmente no município em estudo, evidencia-se um enorme contingente de pequenos produtores, que representa papel estratégico para o capital. Esses trabalhadores, devido à sua formação cultural, sua aquietação e exclusão da participação política, significam um *domínio pacífico* por parte do grande capital, onde os *CAIs* ganharam terreno firme nos últimos trinta anos. Ao fazer um retrospecto da história da ação do imperialismo no campo, Belato (1985, p.8) sintetiza duas linhas mestras básicas, através das quais se impõe:

a destruição do campesinato tradicional através de sua incorporação crescente à lógica da produção capitalista, recriando-o como um novo campesinato e excluindo e proletarizando massivamente aqueles que não fossem capazes de se adequar à nova realidade; a transformação do processo produtivo mediante aplicações crescentes de capital sob sua forma “técnica”, mediada por uma nova ação do capital financeiro.

O consumo capitalista do espaço é discutido por Moraes (1987, p.161), que salienta que “este consumo surge para a produção em sua dupla forma: enquanto meio de produção, o espaço é consumido produtivamente; enquanto condição de produção, improdutivamente”. É analisado também por Martins (1980, p.53), que explica que, no caso brasileiro, “o capital se expande no campo, expulsando, mas não proletarizando sempre o trabalhador. Uma parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquistam a autonomia do trabalho e nem todos seguem à risca as leis do capitalismo” Observa-se, no meio rural brasileiro, especialmente na pequena propriedade, um processo de *expropriação*. Nota-se um atrelamento da pequena propriedade aos interesses do grande capital.

No capitalismo, não é a pessoa que importa; o homem não importa, mas sim a mercadoria. Na verdade, não são as pessoas que se relacionam entre si, mas são as coisas que o fazem. Sob esse prisma, Martins (1981, p.157) enfatiza que “as relações entre as pessoas aparecem no capitalismo como se fossem relações entre coisas e as relações entre as coisas, as mercadorias, é que surgem como se fossem relações sociais entre as pessoas”. De fato, na pequena propriedade em foco, o capital desmancha, readapta, exclui, territorializa e reterritorializa as coisas e as pessoas em proveito de poucos, de onde saem fortalecidos os *CAIs*.

A década de 1970, foi um importante marco para a implantação de uma agricultura em bases empresariais e o desenvolvimento de programas governamentais e fizeram parte de um modelo mais amplo da economia brasileira, que tinha como propósito

transformar áreas improdutivas em produtivas.

No correr da década de 1970, observa-se que a principal característica do período foi a política intensiva de recursos estatais, comandada pelo instrumento de crédito rural subsidiado (um dos fatores responsáveis pela industrialização no campo). A política adotada criou mecanismos que acabaram por favorecer a capitalização dos CAIs e a grande propriedade.

Ainda na mesma década, a formação dos CAIs é possível a partir de três elementos básicos: as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura moderna e as agroindústrias processadoras. Conforme Silva (1999, p.150):

a viabilização desses complexos foi possível devido aos fortes incentivos de políticas governamentais, como os fundos de financiamento para certas atividades agroindustriais; aos programas de apoio para alguns produtos agrícolas e ao crédito para aquisição de máquinas, equipamentos e insumos modernos.

É nesse contexto que a agricultura integrou-se à economia monopolista, de forma subordinada e dependente, transformando-se em um apêndice desses grupos econômicos e respondendo, portanto, aos objetivos da modernização. O período final da década de 80 caracterizou-se por uma grande diminuição do volume de recursos públicos para financiar a agricultura. O crescimento agroindustrial coincidia com a crise na agricultura (a qual refletiu na questão social) e aumentou ainda mais a concentração da renda e a proporção de pobres no campo. Além disso, o forte êxodo rural, resultado da aceleração do processo de *modernização conservadora*, na década de 1980, continuou intenso. A década de 1990, na visão de Pessôa (2001, p.99):

surge bastante enfraquecida pela capacidade financeira do Estado. O crédito

subsidiado e os preços mínimos tornaram-se bastante escassos. Diante desse quadro, a agricultura, em consequência da política do governo, foi drasticamente afetada e gerou uma grave crise econômica e social, atingindo produtores, produtos e regiões.

Deu-se ênfase, por um lado, para a agricultura empresarial e as altas taxas de desemprego nas atividades agrárias, por conta da *modernização* e, por outro lado, para o contingente cada vez mais crescente de trabalhadores rurais, que desempenham atividades não-agrárias.

Nota-se no oeste de Santa Catarina e especialmente em Itapiranga, a presença de uma nova agricultura (sub-setor da indústria) que provoca a geração simultânea de desemprego agrícola e expropriação e emprego rural. A pluriatividade – exercício de atividades agrícolas e não-agrícolas – é hoje a marca do novo agricultor no município.

A consolidação da figura do trabalhador pluriativo é característica do período da Terceira Revolução Industrial, quando esse trabalhador passa a combinar diferentes atividades agrícolas e diferentes atividades rurais (as quais não são necessariamente todas atividades agrícolas). Esse trabalhador pluriativo, que exerce atividades agrícolas e não-agrícolas, vai construindo um novo espaço, uma nova cultura, novos lugares e novos territórios.

4 DE PORTO NOVO A ITAPIRANGA: ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO-HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

Foi a partir do dia 25 de julho de 1824, na cidade de São Leopoldo/RS – antiga Feitoria, hoje Bairro Feitoria – que desembarcaram os primeiros imigrantes germânicos, para se estabelecerem no Sul do Brasil.

Os imigrantes vieram em grande parte pelos estímulos dados pelo Governo Imperial. A Política da época visava uma ocupação rápida das grandes áreas vazias dos Estados do Sul, cobertas por densas florestas pluviais.

Desde o início da colonização estimulou-se a proliferação da pequena propriedade rural à base de um característico colonialismo de povoamento. Conforme Rambo (1988, p. 9), “a dinâmica própria dessa ocupação territorial consistia essencialmente na formação de comunidades rurais de pequenos proprietários, donos de glebas, na sua grande maioria inferiores a 100 hectares”.

Na metade do século XIX, foi criada a “Lei de Terras” pelo Governo Imperial que, entre outros objetivos, procurou estimular a colonização do Sul do país, iniciando-a no Rio Grande do Sul para depois expandi-la para Santa Catarina e o Paraná. Através desta lei,

os colonos passaram a ter títulos, ao invés de os tradicionais direitos de posse. E isso era bem visto na Europa, sendo motivo de coragem para a emigração.

A Lei de Terras possuía ferrenhos opositores, conforme relata Holanda (1997, p. 245):

O principal esforço nesse sentido começa poucos anos da extinção do tráfico negreiro, e acompanha de perto a expansão dos cafezais para além de Campinas. Se as tentativas oficiais tenderam desde o início a criação de núcleos de pequenos proprietários, segregando os colonos da comunidade nacional, não faltaram governos, é certo, que cederam a pressão dos fazendeiros interessados, antes de mais nada, na obtenção de braços numerosos para grandes lavouras. Os dois pontos de vista diferentes eram combatidos e defendidos com veemência, às vezes com azedume, conforme os favores oficiais se inclinassem para um ou outro lado. Numa sessão da Câmara em que reclamava amparo à imigração de trabalhadores destinados à lavoura - quando o governo imperial tinha concedido o empréstimo de 300 contos de réis à Companhia Mucuri, sem juros, pelo período de 5 anos e outro de 150 contos em iguais condições ao Dr. França Leite para a colonização das margens do rio Doce - o deputado paulista Gavião Peixoto teve que enfrentar a oposição apaixonada dos que defendiam a criação de núcleos coloniais. Pela mesma época levantava-se no Senado a voz prestigiosa de Nicolau Pereira, de Campos Vergueiro contra as numerosas doações de terras para imigrantes, pois não lhe parecia justo, que se concedesse a estrangeiros aquilo que se vedava a nacionais pela Lei de Terras de 1850, regulamentada em 54. A prodigalidade extrema na concessão de solos cultiváveis para a fundação de colônias, povoando matas incultas, não atendia em sua opinião à necessidade mais premente do Império: necessidade de braços para o desenvolvimento dos germes de sua riqueza agrícola.

Não se pode esquecer que o governo imperial também teve o objetivo “racial” na imigração. Segundo Ianni (1971, p.62), “num país composto por mão-de-obra escrava negra era necessário que se “branqueasse” a população e o país”.

Com a constante vinda de imigrantes europeus, especialmente a partir de 1850, os núcleos coloniais, no Rio Grande do Sul, expandiram-se e multiplicaram-se rapidamente.

A tentativa dos fazendeiros em chamar braços para as suas fazendas, e não colonos, criou embaraços para o governo, principalmente no exterior, como se pode verificar em Holanda (1997, p. 229):

O Nativismo, vencedor com a renúncia de D. Pedro I, não demonstrava somente falta de compreensão em relação a obra iniciada, mas externava até uma atitude xenófoba, julgando prescindir da colaboração estrangeira. Por este motivo a imigração estrangeira ficou praticamente interrompida até os fins da década dos 50, pois eram muito poucos os colonos que vieram espontaneamente. Aliás, pelo Ato Adicional de 1834, a colonização e imigração tornaram-se matéria a ser resolvida, de preferência, pelas Províncias e estas eram fracas de recursos para isto. A pressão da Inglaterra em relação à abolição do tráfico negreiro, todavia, deu ensejo aos latifundiários de tentar a submissão do escravo pelo trabalhador livre, isto, é, não para chamar colonos, desbravadores da mata virgem para se tornarem pequenos proprietários, mas sim braços para as fazendas.

O número de imigrantes europeus no Brasil cresceu, também, devido à alta taxa de natalidade e à baixa mortalidade infantil, se caracterizando por famílias muito numerosas. Desta forma, de geração em geração, a crescente ocupação de matas virgens e novas terras fez com que houvesse um avanço à procura de novas áreas.

Na Primeira República, continua o sistema de colonização, herança do Império. Os imigrantes eram instalados em núcleos coloniais de pequena propriedade. A terra era vendida a prazo ou à vista em lotes de 20 a 25 hectares, geralmente dispostos ao longo dos cursos de rios ou riachos, paralelamente aos quais eram organizadas as vias de comunicação.

Os núcleos coloniais podiam ser oficiais, organizados pelos Governos federal, estadual ou municipal. Companhias e particulares também participavam desse processo, podendo, com isso, tirar lucros vendendo parcelas aos imigrantes, ao mesmo tempo em que obtinham uma grande valorização das áreas próximas.

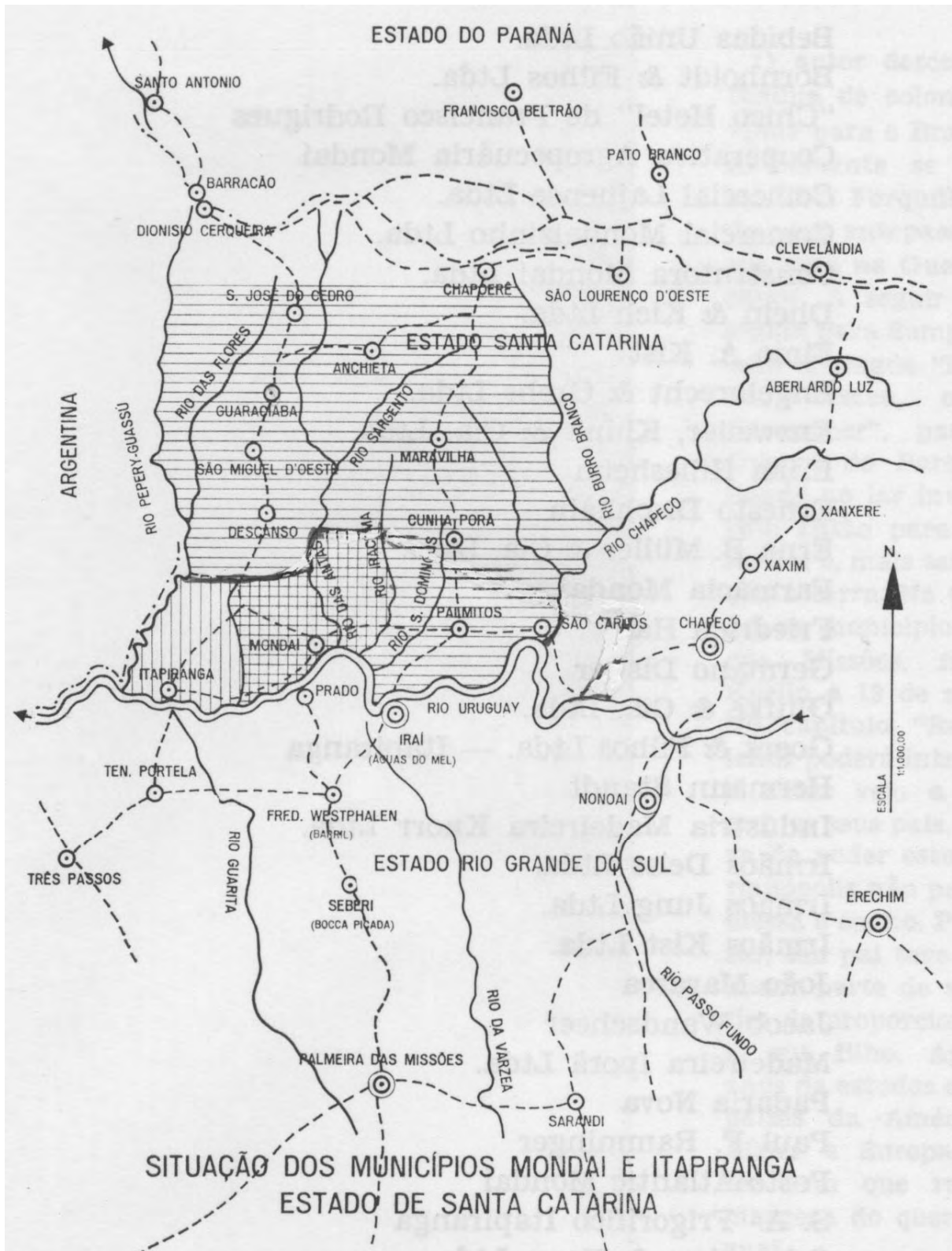
Assim como foi no Império, também na República, o principal motivo da colonização foi basicamente a ocupação de áreas escassamente povoadas. Em relação ao oeste de Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul, além de serem áreas de fronteira, necessitavam e apresentavam uma razão estratégica para o seu povoamento.

Em Santa Catarina, o vale do Itajaí e o norte do Estado, desde meados do século XIX, haviam recebido apoio e incentivo do governo para a ocupação e colonização. No oeste catarinense, somente em 1917 é que se estabeleceu o processo efetivo de colonização, que praticamente contou só com a iniciativa privada, já que o governo não dispunha de meios suficientes para subsidiar o processo e atrair imigrantes.

Conforme Fausto (1997, p. 124):

Só nos primeiros anos da República e no período posterior a 1907 a União subsidiou a viagem de certo número de imigrantes que se dirigiram para Santa Catarina [...]. Depois de longo período em que a imigração e colonização contou somente com as atividades das companhias particulares, no fim da década de 1900, o Ministério da Agricultura volta a intervir criando 3 núcleos coloniais: Anitápolis, no vale do Braço do Norte, Esteves Júnior, no município de Nova Trento e Rio Branco no município de Joinville, nenhum apresentando especial sucesso.

Em relação às áreas de colonização do extremo oeste de Santa Catarina – São Carlos, Palmitos, Mondaí e, especialmente Itapiranga, objeto desta pesquisa (conforme MAPA 01) –, mesmo que o governo tivesse a intenção de atrair imigrantes europeus, teve que contar com as migrações internas provenientes de áreas de colonização mais antigas, como as do Rio Grande do Sul.

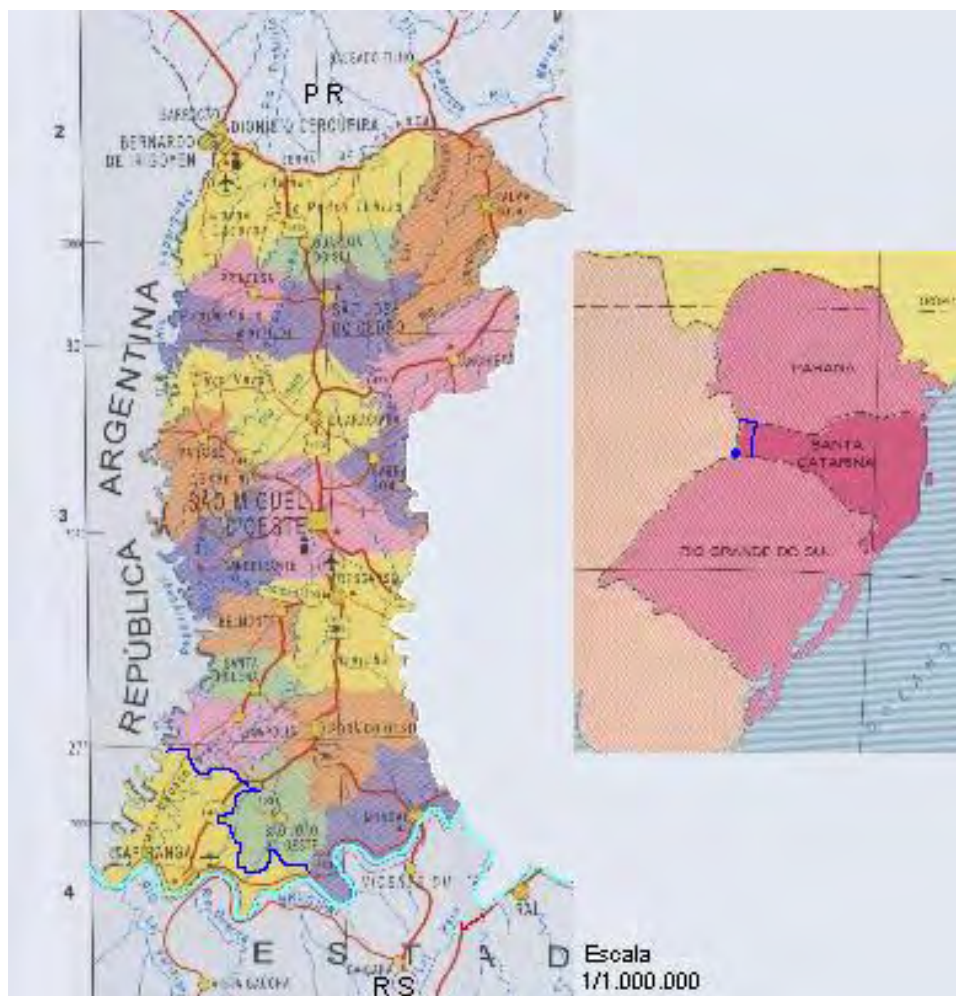


MAPA 01 – SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MONDAI E ITAPIRANGA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Fonte: KOELLEN, 1980, p. 87.

As áreas de colonização mais antigas do Rio Grande do Sul forneceram muitos colonos para os núcleos organizados no oeste de Santa Catarina, principalmente depois que se iniciou a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, na década de 1910. Na área atravessada pela estrada de ferro atuou a empresa “Brasil Development and Colonization Company”, que vendeu as terras a diversas companhias colonizadoras.

Necessário se faz registrar que, em 1859, foi planejada, por questões de segurança das fronteiras, a colônia Militar de Chapecó, área atual das microrregiões da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina/AMOSC (Chapecó), Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina/AMEOSC (São Miguel d’Oeste), Associação dos Municípios do Alto Irani/AMAI (Xanxerê), Associação dos Municípios do noroeste de Santa Catarina/AMNOROESTE (São Lourenço d’Oeste) e Associação dos Municípios Entre Rios/AMERIOS (Maravilha), conforme MAPA 02. Por questões diplomáticas do Brasil e da Argentina e de outros fatores, a instalação da Colônia Militar aconteceu no ano de 1882, em Xanxerê/SC. Essa povoação foi a mais importante da região até o ano de 1908, perdendo sua importância devido à reestruturação da ação do Novo Regime Republicano, que se implantava no Brasil.



MAPA 02 – MICRORREGIÃO DE SÃO MIGUEL D'OESTE/SC, A QUAL PERTENCE O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.

Fonte: MAPA POLÍTICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2002.

Cabe ressaltar que o povoamento e a colonização do “Velho Município de Chapecó”⁷ tem início na primeira metade do século XVII. A passagem pela região de um grupo de bandeirantes paulistas, em 1641, e, em 1720, a chegada do bandeirante Zacarias Dias Cortes até a atual região de Chapecó, além da passagem de tropeiros nas imediações da região, favoreceram a ocupação. No entanto, verificava-se que a região do “Velho Município

⁷ Encontra-se a expressão “Velho Município de Chapecó” em Bellani (1996, p. 15), a qual é muito usada pelos antigos moradores e descendentes dos colonizadores referindo-se à extensão territorial que possuía o Município de Chapecó, desde sua criação, em 1917, até o primeiro desmembramento ocorrido na década de 50.

de Chapecó” tem seu povoamento mais acentuado ao final do século passado e início do atual.

Conforme Bellani (1996, p. 33):

Apesar desse resultado não muito satisfatório, há de se considerar que a política do governo brasileiro na área estudada, a partir da criação e da instalação da Colônia Militar, nos fins do século XIX, vai propiciar, gradativamente, condições para sua ocupação.

Foi em parte por sua localização geográfica e por ser uma área de conflitos que a região do “Velho Município de Chapecó” passou a integrar o Estado de Santa Catarina a partir de 1916. Nesse ano, foi assinado o “Acordo de Limites” pelos governadores de Santa Catarina e Paraná, que pôs fim à disputa da área do ex-Contestado. Em 1917, é criada a unidade político-administrativa de Chapecó.

A criação do município de Chapecó, em 1917, trouxe um problema e uma controvérsia sobre as vilas ou povoados existentes, ou seja, sobre qual delas deveria ser a sede. Assim, em 14 anos (1917 a 1931), a sede municipal é disputada e revezada entre Xanxerê e Passo Bormann, o que ocasiona a fixação da sede em Passo dos Índios - atual cidade de Chapecó - em 02 de maio de 1931.

Sobre o início da vida político-administrativa do município de Chapecó/SC, Bellani (1996, p. 24) destaca:

A vida político-administrativa do município desenvolveu-se, assim, em meio às disputas e afirmações das lideranças das vilas. Evidentemente que as soluções legais, nos primeiros 14 anos de vida do município oestino, não agradaram a nenhuma das partes. Essas contribuíram, sim, para acentuar as possíveis rivalidades existentes. Assim, inicia-se um período que ocasionou uma situação de instabilidade administrativo-econômica, na vida regional: a) Entre superintendentes titulares e substitutos; por 14 ocasiões a chefia da administração municipal foi alterada; b) Precárias foram as ações da organização administrativa municipal,

provocadas, em parte, pelo abandono do Governo Estadual, que não oferecia ajuda à região; c) Inexistência de uma estrutura econômica que oferecesse retorno imediato de apoio e ajuda; d) Em meio a isso tudo, o empreendimento comercial e colonizador de diversas empresas colonizadoras se instalam; e.)Retração no comércio de terras na região. Essas, de pouco valor, inicialmente, apenas, ofereciam possibilidade para a exploração dos recursos naturais existentes. O município de Chapecó, quando de sua criação, possuía uma área geográfica de 14.071 quilômetros quadrados, e nela estava incluída a área do atual município de Itapiranga, antiga Vila de Porto Novo, colonizada por descendentes alemães.

O desbravamento dessa imensa área deu-se com relativa rapidez, pois o governo catarinense paulatinamente foi transferindo a responsabilidade de sua ocupação e colonização às Empresas de Colonização, de capital próprio, cujas sedes localizavam-se no Estado do Rio Grande do Sul. A Empresa Colonizadora “Bertaso Maia & Cia”, uma das pioneiras, desde 1918 foi retalhando as propriedades e impondo a atual estrutura minifundiária, que caracteriza a região. Essa empresa, além da compra de terras, também recebeu do governo catarinense outras em doação, tendo como contrapartida a colonização nessas áreas. Hoje, com o desmembramento de muitos municípios, entre eles Itapiranga, Chapecó ainda possui uma área de 625,4 km².

Outra empresa colonizadora que atuou na região do Município de Chapecó, nas primeiras décadas após sua criação, foi a “Chapecó-Peperi”. A empresa comprou, em 1919, da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, a área de terras compreendida entre os rios Chapecó e Peperi-Guaçu, no município de Chapecó, estimada em 20.978 lotes coloniais de 25 ha cada um.

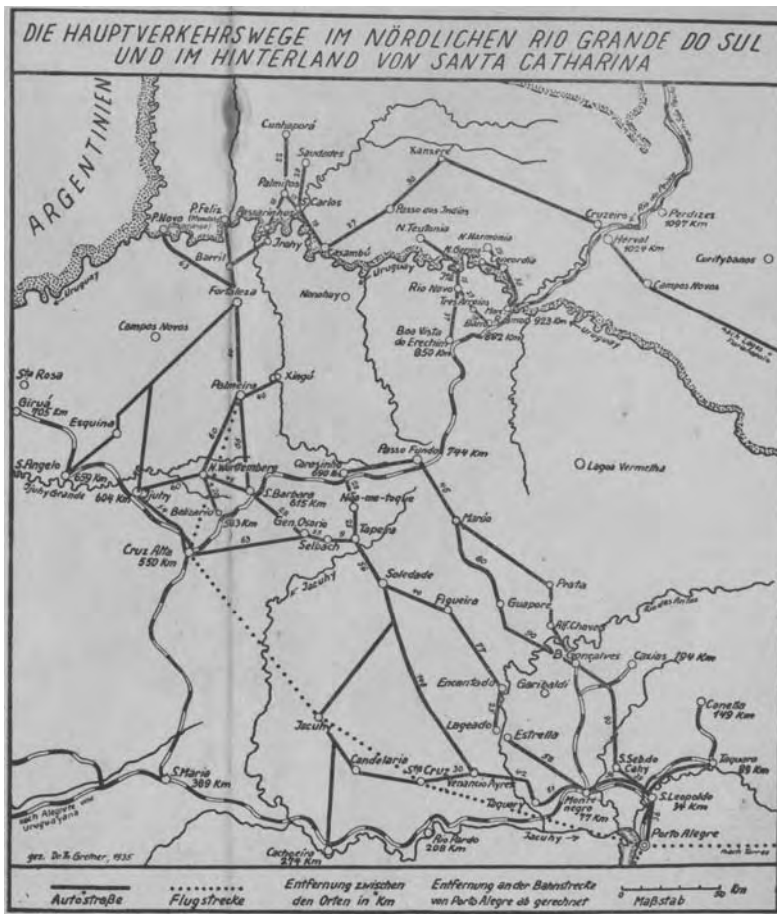
A ocupação e a colonização da área pertencente à Colonizadora Chapecó-Peperi apresentou alguns entraves iniciais devido a uma ação judicial movida pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande contra o Estado de Santa Catarina, o que provocou a acumulação de despesas e de aborrecimentos pela companhia, devido à pendência judicial.

Sabe-se que, no primeiro quartel deste século, o Estado de Santa Catarina havia feito concessões de terras como, por exemplo, a área de terras a oeste do rio Chapecó, a outra companhia colonizadora: à “Firma Bertaso, Maia & Cia” Somente em 24 de abril de 1922, a Colonizadora “Peperi-Chapecó, numa assembléia geral, na cidade de Carazinho/RS, decidiu iniciar a colonização do território compreendido entre o rio das Antas e o rio Peperi-Guaçu, até que a “questão de terras” estivesse resolvida com o Governo do Estado. Na ocasião, a empresa “Chapecó-Peperi Ltda” tinha como diretor Hermann Faulhaber.

A partir de então, a empresa Chapecó-Peperi Ltda começa a pôr em prática suas atividades. Cita-se, por exemplo, a instalação de Porto Feliz, atual município de Mondaí, em 20 de janeiro de 1922. Essa colônia foi destinada a receber um contingente populacional de colonos alemães protestantes oriundos do Rio Grande do Sul.

Na mesma época, também é concluída a Estrada do Prado⁸ – os colonos de Porto Feliz ajudaram em sua construção – ligando a colônia à rede de estradas do Rio Grande do Sul.

⁸ Estrada que ligaria Porto Feliz (hoje Mondaí, SC) à Barracão (hoje Dionísio Cerqueira, SC). Seria a construção da estrada transversal norte-sul, que ligaria os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e também o país vizinho – República da Argentina. Foi, para a época, um acontecimento de grande importância para a região, levando em consideração as dificuldades das estradas (eram poucas e péssimas) e dos meios de locomoção.



MAPA 03 – ESTRADAS QUE LIGAVAM AS COLÔNIAS VELHAS ÀS COLÔNIAS NOVAS DE SANTA CATARINA, COM DESTAQUE PARA PORTO NOVO.

Fonte: BROTHE, 1936. Anexos.

Em 28 de janeiro de 1926, o impasse judicial, que envolveu a Empresa Chapecó-Peperi Ltda. e o Governo Catarinense, chega a termo. Nesse momento, então, a Sociedade Popular Católica (Volksverein) vem a comprar 100 lotes coloniais, ficando uma reserva de mais 900 lotes. Ainda do montante de terras compradas, a Sociedade Popular Católica reservou uma área específica para a instalação de uma futura vila (Porto Novo), que seria a sede compreendida entre o arroio Macuco⁹ e Rio Peperi-Guaçu (MAPA 05). Essa área, que hoje corresponde ao atual município de Itapiranga e mais os ex-distritos de Tunas e São João, foi reservada essencialmente para os colonos alemães católicos.

⁹ Arroio Macuco: divisor da colônia de Porto Novo, a leste, com o município de Mondaiá.



MAPA 04 – LOCALIZAÇÃO DA COLÔNIA DE PORTO NOVO, ADQUIRIDA PELA EMPRESA COLONIZADORA PEPERI – GUAÇU (VOLKSVEREIN).

Fonte: MIDDEI.DORF, 1933, anexos.

Nesse processo de ocupação e colonização desencadeado pela Sociedade Popular Católica, destacam-se três padres jesuítas:

a) Padre Theodor Amstadt S.J., de origem suíça, veio ao Brasil em 1886. Fez caminhadas pelo Rio Grande do Sul que chegaram a 180.000 km, sempre em prol dos colonos. Organizou os três primeiros Congressos Rurais Católicos, chamados “Katholikentage” (Dia dos Católicos), destinados a promover o encontro das lideranças teutas do Sul, com sessões culturais, palestras e outros. Em 1902, organizou o “Bauernverein” (Sociedade dos agricultores). Em 1912, mudou o nome para Sociedade União Popular (Volkverein). Em 1904, organizou um sistema bancário, a “Sparkasse” (Caixa Econômica), com o nome oficial de “Cooperativa de Crédito Rural” Itapiranga teve sua “Caixa Rural” em 1932, que funciona até hoje. O Pe. Amstadt foi um dedicado jornalista e grande incentivador da colonização de novas terras.

b) Padre João Evangelista Rick, S.J., emigrou para o Brasil como missionário e professor. Foi auxiliar e sucessor do Pe. Amstadt na “Volkverein”, na “Cooperativa de Crédito Rural” e na realização dos “Congressos Rurais”. Durante os anos de 1920 até 1940, quase todos os padres do Sul do país tiveram o Pe. Rick como Professor de Teologia Moral em São Leopoldo-RS. Conforme Heinen (1997, p. 73), o Pe. Rick teve especial influência na compra das terras de Porto Novo:

Como Secretário Geral da “Sociedade União Popular” teve função destacada na compra das terras e no início da Colonização de Porto Novo. A nova colonização seria no Rio Grande do Sul, a exemplo de Cerro Largo e Santo Cristo. Mas, em virtude da Maçonaria, do Positivismo e em consequência da guerra, o governo gaúcho deixou de autorizar colonizações exclusivas para católicos alemães, como era o desejo da Sociedade União Popular.

Então o olhar colonizador dirigiu-se para Santa Catarina, para a região mais próxima de Cerro Largo, para a “Empresa Chapecó-Peperi Ltda.”, de Porto Feliz. A compra da terra foi acertada para 28/01/1926. A negociação baseava-se apenas nos

mapas da Colonizadora. O Pe. Rick sentiu o peso da responsabilidade do empreendimento e fez questão de ver antes a terra em questão. Viajou sozinho, incógnito para quase todos os lugares, com as dificuldades de chegar a Mondaí, na época. Aí contratou canoeiros para os 40 km Uruguai abaixo, conhecido apenas por balseiros. Viu e gostou da terra.

A compra dos 2.340 lotes rurais foi financiada pelas “Caixas Rurais”. Parte desses lotes integram ainda hoje os municípios de Mondaí, Iporã do Oeste, Tunápolis e São João do Oeste (no extremo-oeste do Estado Catarinense), conforme MAPA 05.

c) Padre Max Von Lassberg, S.J., entrou no Brasil como missionário popular. Foi um grande colaborador dos colegas padres Amstadt e Rick. Na fase inicial de colonização, Porto Novo teve especial apoio e incentivo do Pe. Max. Foi esse sacerdote que acompanhou a primeira leva de 20 agricultores, quando visitaram (em viagem de reconhecimento do local) Porto Novo. Celebrou a Primeira Missa em 11 de abril de 1926, que ficou marcado como o dia da fundação da Colônia. Coube ainda ao Pe. Max dirigir e acompanhar um segundo grupo de agricultores em julho de 1926. Foi um dos idealizadores e dirigentes da realização do “Congresso Rural” de Itapiranga (antiga Porto Novo) no ano de 1934.

A historiografia registra que a “Volskverein” ou “Sociedade União Popular” tinha dificuldades em conseguir terras no Estado do Rio Grande do Sul, exclusivamente para católicos teutos. Foi nesse momento, que a empresa evangélica de Porto Feliz, Empresa Chapecó-Peperi Ltda, aproveitou a oportunidade para vender parte das terras, por estar a meio caminho da falência.

Os 100 quilômetros de terras ao longo do rio Uruguai, no início da colonização¹⁰, foram exclusivamente destinados a agricultores alemães (MAPA 06). Os dois pontos extremos, Porto Novo e São Carlos, passaram a ser ocupados por alemães católicos. No meio, Porto Feliz e Palmitos receberam colonos evangélicos. Itapiranga foi o último dos quatro núcleos a receber “invasões” de outros credos, etnias ou raças, isto a partir das décadas de 70 e 80.



MAPA 06 – MAPA DOS 100 KM DE TERRAS AO LONGO DO RIO URUGUAI, NO INÍCIO DA COLONIZAÇÃO, PERTENCES À EMPRESA COLONIZADORA PEPERI-GUAÇU (VOLKSVEREIN)

Fonte: BROTHE, 1936, anexos.

¹⁰ O registro desse processo de colonização e de formação do núcleo urbano pode ser visto através da seqüência de fotos (FOTO 01 a FOTO 10), que fazem parte do acervo da Prefeitura, distribuídas ao longo do texto.

O primeiro grupo de visitantes interessados em comprar terras no atual município de Itapiranga, em abril de 1926, saiu de Cerro Largo/RS, coordenado pelo Pe. Max von Lassberg, S.J. O grupo veio de caminhão até a barca do rio da Várzea, seguindo até Mondaí em lanchas e canoas. Em Mondaí, o grupo foi acompanhado e guiado por voluntários num percurso de 40 km, do Rio Uruguai até Porto Novo, desembarcando na altura da atual Sociedade Recreativa Imigrantes. Conforme Heinen (1997, p. 86), esses interessados “encontraram aí um enorme gramado e 78 árvores adultas de frutas cítricas: 70 laranjeiras, alguns limoeiros e algumas limeiras em plena produção”.

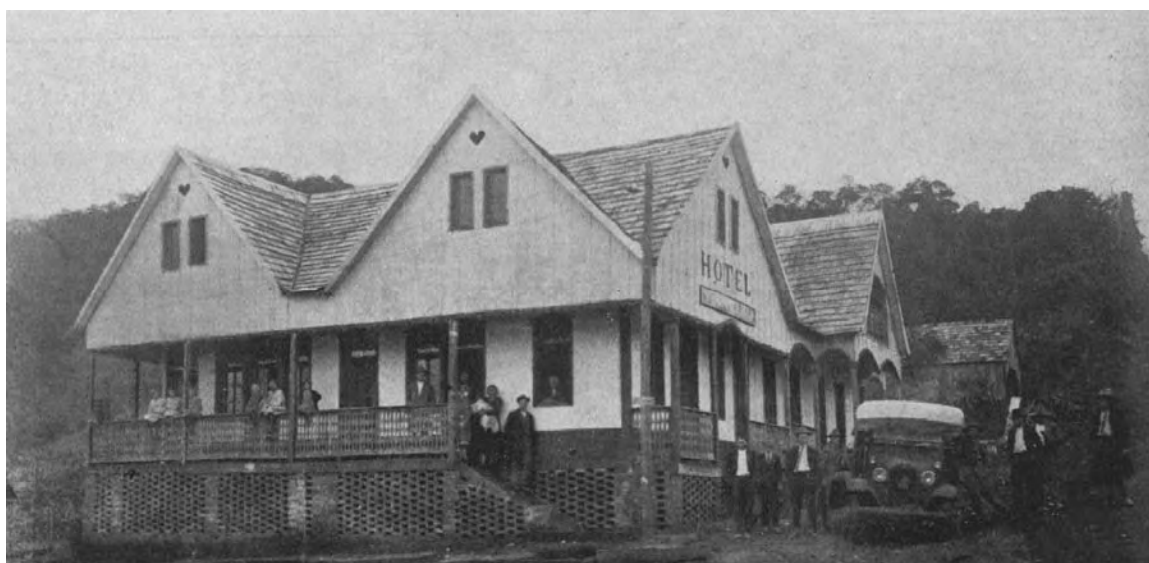


FOTO 01 – HOTEL EM ITAPIRANGA NO INÍCIO DA COLONIZAÇÃO: RESIDÊNCIA PROVISÓRIA DE COLONOS NA VILA PORTO NOVO.

Fonte: MIDDELDORF, 1933, anexos.

Desta forma fica claro que, na região de Porto Novo, havia indícios de ocupação, mesmo sendo temporária, anterior à vinda dos primeiros colonizadores. Existem

controvérsias sobre quem de fato esteve ocupando algumas áreas da região, conforme descreve Heinen (1997, p. 86):

A lógica aponta para uma cultura e colonização bem anterior na região. Eu pensei muito em posto avançado do exército brasileiro durante a Guerra do Paraguai, além dos numerosos fugitivos da Revolução Federalista de 1893, que se estabeleceram na região. Mas tais datas eram recentes para a idade das laranjeiras.

Aprofundando as pesquisas, encontrei os dados seguintes, em “Obrageros, Mensus e Colonos”, de Ruy C. Wachovicz, p. 17: “Corrientinos concederam ao brasileiro João Apolinário e ao italiano Júlio César Cadamastoris, sócios, 10 léguas de terras no Alto Uruguai, e eles estão estabelecidos com engenho na barra do Chapecó, antes de 1864. Em 1872, o governo brasileiro tomou conhecimento de que Samuel Hugges obteve dos corrientinos terras à margem esquerda do Peperi-Guaçu. Ele estaria exportando madeiras e vendendo lotes de terras na região para outros exportadores.

No ano de 1926, nos primeiros meses de colonização, mais dúvidas apareceram sobre os antigos moradores de Itapiranga, ainda de acordo com Heinen (1997, p. 91):

Em 04/11/1926 apareceu o caudilho revolucionário Leonel Rocha, com um numeroso exército, para enorme susto da população. Pouco havia para saquear, mas alguns homens do caudilho queriam vingança de Ricardo Valério dos Santos.

Já sabemos que havia moradores antigos em Porto Novo: remanescentes dos corrientinos, argentinos e paraguaios? Fugidos do Rio Grande do Sul na Revolução Federalista? Em 1926 havia várias famílias morando em diversas localidades ao longo do rio Uruguai. O temido Fausto e outros bandidos do Peperi. O velho Alves e Borba pouco acima, amigos dos colonos e dos padres. Teodoro Pompeo, na barra do Tigre, Guarita acima, o melhor fornecedor de mantimentos e de mudas às primeiras famílias de agricultores. Na barra do Dourado, onde está a olaria, o velho Faustino, afamado caçador de tigres. No outro lado do Dourado, onde reside meu cunhado Libório Barth, morava Ricardo Valério dos Santos, visado por homens de Leonel da Rocha.

Em 1893 ele matou um maragato em São Luís Gonzaga e fugiu com a família para cá. Agora, uns revolucionários, filhos ou netos da vítima procuraram tomar vingança, mas não o encontraram. Avisado do perigo, poucos minutos antes, escondeu-se entre enormes pedras perto do rio, que ainda parecem uma pequena fortaleza. A tropa acampou dois dias perto de sua morada e comeu duas cabeças de gado em churrasco.

Depois Valério mudou-se para o lado rio-grandense, onde o conheci como agricultor, balseiro, inspetor e amigo dos padres. Célebre era sua canoa timbaúva, que podia transportar mais de 20 pessoas. Nela acompanhei um passeio a Salto Grande, com padres, seminaristas e líderes: 4 horas para chegar ao Salto, pela correnteza do rio abaixo, mais de 10 horas para voltar, devido corredeiras.

Estes grupos de pioneiros, de início, geralmente não traziam as famílias. Vinham primeiro os homens que derrubavam a mata, construía as casas e os galpões (FOTO 02). Depois é que buscavam a família. Também vinham muitos solteiros, que se casavam após estarem instalados.



FOTO 02 – NÚCLEO URBANO DE ITAPIRANGA (ANTIGA PORTO NOVO), ÀS MARGENS DO RIO URUGUAI, POR VOLTA DE 1927.

Fonte: MIDDELDORF, 1933, anexos.

No início da década de 30, o acesso à Itapiranga já se fazia através da estrada que ligava a Mondai/SC (FOTO 03). A maioria dos pioneiros de Porto Novo é originária das antigas colônias alemãs do Rio Grande do Sul, como Lajeado, Montenegro, Santa Cruz do Sul, Arroio do Meio, Venâncio Aires, Cerro Largo, São Leopoldo, entre outras. A passagem desses pioneiros do Rio Grande do Sul para Santa Catarina era feita com barcos a remo que atravessavam o rio Uruguai levando as famílias migrantes (FOTO 04).

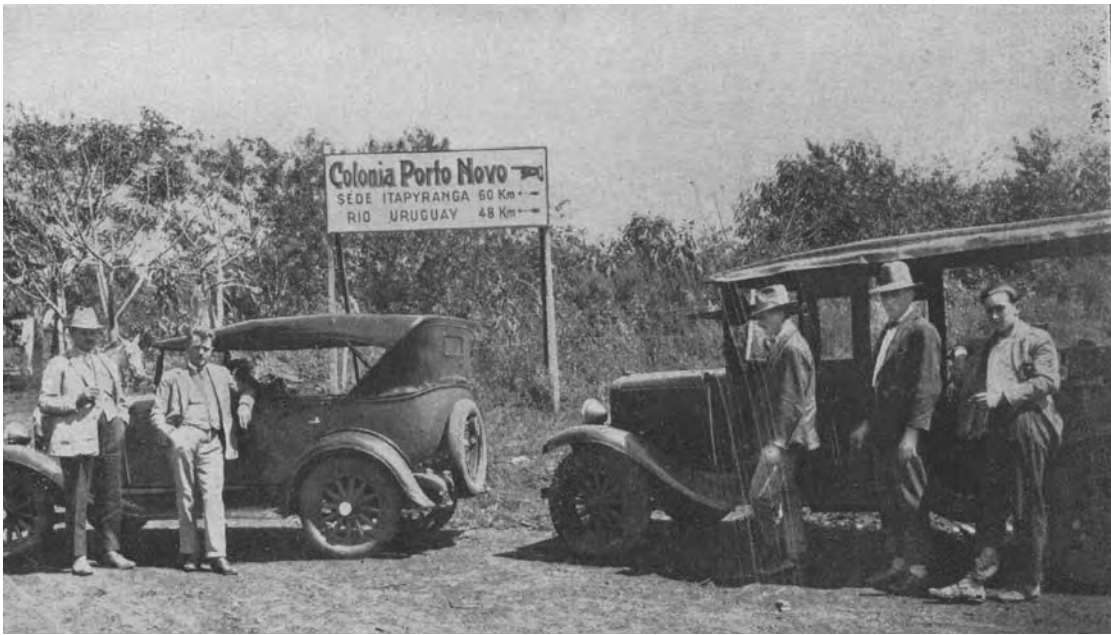


FOTO 03 – ACESSOS E TRANSPORTES EM ITAPIRANGA (INÍCIO DA DÉCADA DE 1930), A PARTIR DE MONDAÍ/SC.

Fonte: MIDDELDORF, 1933, anexos.

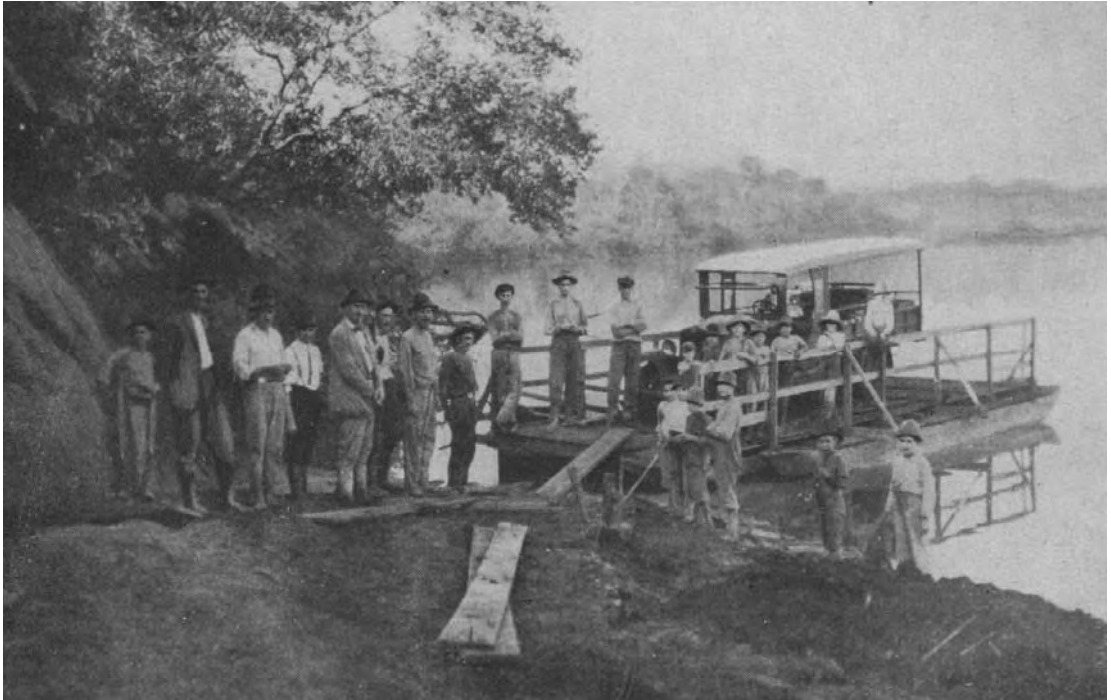


FOTO 04 – TRAVESSIA SOBRE O RIO URUGUAI DO LADO CATARINENSE PARA O LADO RIOGRANDENSE, E VICE-VERSA, FEITA INICIALMENTE COM BARCAS MOVIDAS A REMO. (FOTO DO INÍCIO DA DÉCADA DE 1930).

Fonte: MIDDELDORF, 1933, anexos.

Necessário se faz sublinhar o fato de que o caboclo já percorria as matas itapiranguenses antes da chegada do colonizador. Os caboclos eram conhecidos, pelos descendentes alemães, como *walddläufer*¹¹ As relações entre o colono que chegava com o caboclo nem sempre foram das mais alvissareiras: nos acordos de trabalho, os colonos se submetiam a acordos por comida, um lugar para dormir e alguma remuneração. Posteriormente, essas relações passaram a ser de relativa amizade.

A partir da década de 1930, a mão-de-obra do caboclo vai ser absorvida em parte pelas empresas madeireiras, que iniciam a exploração e a derrubada das matas (FOTO 05), cujo produto era vendido para a Argentina e transportado em balsas.¹²



FOTO 05 – BALSAS NO RIO URUGUAI JUNTO À BARRANCA, NA COLÔNIA PORTO NOVO. BALSEIROS NUM MOMENTO DE DESCANSO, NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1930. O TRANSPORTE DE MADEIRAS ATÉ A ARGENTINA ERA CONSTANTE EM ÉPOCAS DE ENCHENTE.

Fonte: MIDDELDORF, 1933, anexos.

¹¹Significa “andarilhos do mato”; eram caboclos que não tinham lugar fixo, perambulando de um lugar para outro, percorrendo rios e matas. Vestiam roupas esfarrapadas e, ainda, conforme Jungbluth (2000, p.67), “os walddläufer se aproximavam mais da cultura lusa negra do que da etnia indígena, principalmente quando comparados com os Coroados, de Pari, antigo e primeiro nome de Tenente Portela”. A sua procedência é um enigma, mas estima-se que muitos eram fugitivos, especialmente da Guerra dos Maragatos, de sentenças judiciais, exploradores de madeira. São, na visão de Jungbluth (2000, p.68), “brasileiros antigos de origem incerta, todavia o mais provável é que tenham vindo de diversas regiões e foram se miscigenando”.

¹² A balsa, segundo Bellani (1996, p. 184), basicamente, é confeccionada em partes cujas peças intermediárias são unidas umas às outras. Essa peça intermediária era chamada de “pelotão” unindo toras e de “quartel” unindo tábuas, ou ainda chamada de “pacote”. As peças intermediárias, que formavam a balsa em extensão, eram todas de igual comprimento e largura. Eram dois os tipos de balsas usadas para a travessia do Rio Uruguai: a de roliços (toras) e a de tábuas (remorques).

Em relação à população indígena, é importante ressaltar que esta já não vivia como antigamente, quando chegaram os primeiros colonizadores para Porto Novo. Vivia em pequenos aglomerados ao longo dos rios, onde deixou inúmeros vestígios de sua cultura que constitui o sítio arqueológico de Itapiranga, com imenso valor para a arqueologia do Sul do País. Esse resgate arqueológico foi coordenado pelo arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr cuja análise permitiu constatar que a maioria dos sítios é tipicamente guarani¹³.

Os motivos para os colonos migrarem das chamadas “Colônias Velhas” do Rio Grande do Sul para Porto Novo foram vários, tais como a falta de terras, famílias numerosas e oportunidade para enriquecer. Também contribuiu a propaganda feita pela Companhia Colonizadora, paralela à influência da religião, principalmente através das lideranças religiosas católicas. Assim, os colonos que chegavam, compravam cerca de 25 ha – uma colônia – onde instalavam suas famílias.

A margem do rio Uruguai foi desbravada primeiro, onde ficaram situadas as comunidades de Santa Fé, Sede Capela, Dourado e Itapiranga (FOTO 06 a FOTO 09). Numa etapa seguinte, as comunidades de Santa Fé, Laranjeira, Beleza, Baú. Posteriormente, Macuco, Cotovelo, Popi, Ervalzinho, Santa Cruz, Fortaleza e Jaboticaba receberam seus moradores pioneiros, o que se estendeu até 1930.

¹³ Conforme relatos deixados pelo arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr, no Museu de Itapiranga e Museu do Homem do Sambaqui do Colégio Catarinense de Florianópolis, SC, a cultura Inca hipoteticamente esteve presente em Itapiranga, devido ao achado de artefatos e utensílios (como pontas de flechas semelhantes às encontradas no Equador e na Patagônia Chilena), além de vestígios de antigas estradas possivelmente construídas por aquela civilização; da cultura Alto Paranaense também foram encontrados vestígios em grandes profundidades, a mais ou menos 7 metros, junto a algumas olarias do município. No entanto, a maioria dos sítios encontrados é tipicamente guarani e é, conforme o Pe. Rohr, o mais recente (a profundidade dos sítios não ultrapassa os 50 centímetros).

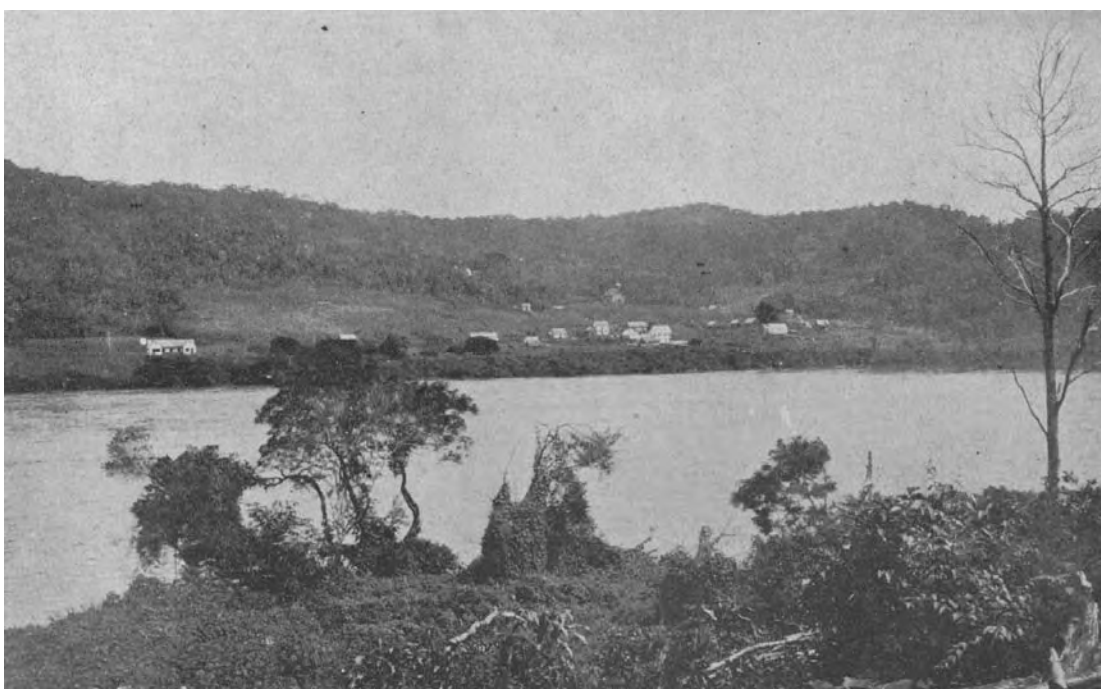


FOTO 06 – FASE INICIAL DO NÚCLEO URBANO DE PORTO NOVO (ATUAL CIDADE DE ITAPIRANGA), AO FUNDO, VISTA DO RIO URUGUAI, EM 1930. FOTO TIRADA DO LADO RIOGRANDENSE.

Fonte: MIDDELDORF, 1933, anexos.



FOTO 07 –. COMERCIAL SCHOELER, PRIMEIRA CASA COMERCIAL DA ANTIGA COLÔNIA PORTO NOVO. LOCALIZADA NA LINHA SEDE CAPELA, ÀS MARGENS DO RIO URUGUAI, SERVA TAMBÉM COMO HOTEL AOS PRIMEIROS COLONIZADORES

Fonte: MIDDELDORF, 1933, anexos.



FOTO 08 – NÚCLEO URBANO DE ITAPIRANGA PROSPERANDO, EM INÍCIOS DA DÉCADA DE 1930

Fonte: MIDDELDORF, 1933, anexos.

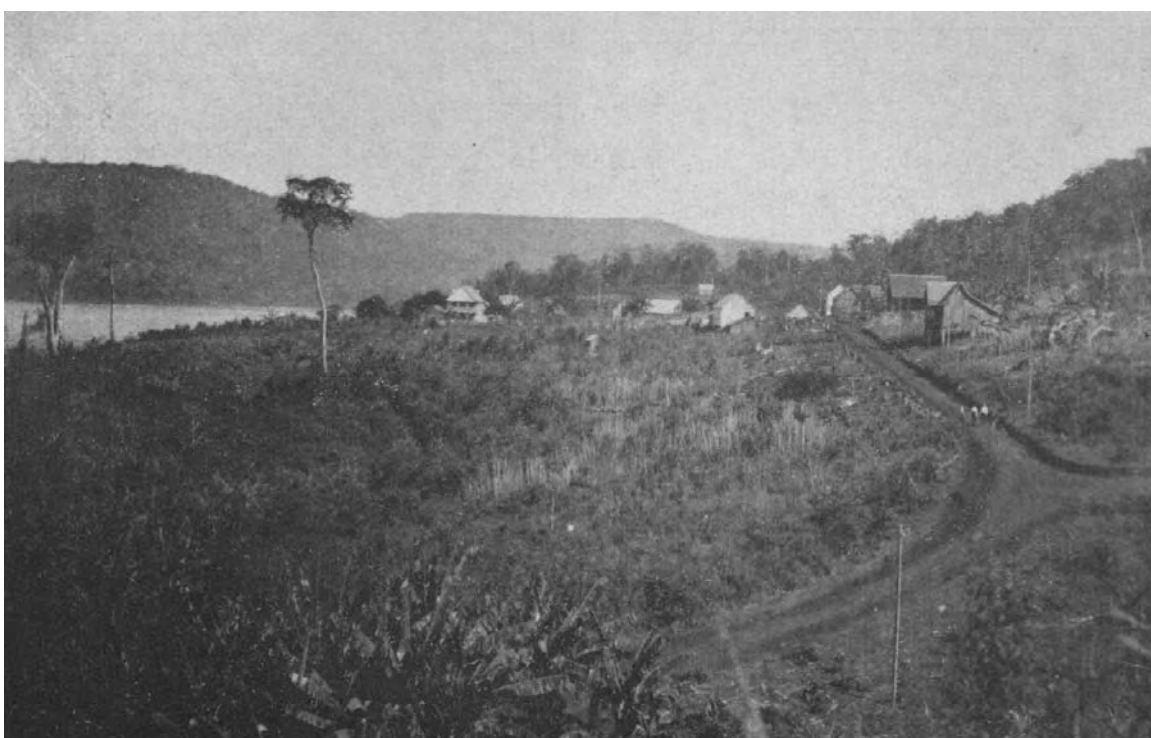


FOTO 09 – VISTA PARCIAL DA VILA PORTO NOVO, EM FINS DA DÉCADA DE 1930

Fonte: MIDDELDORF, 1933, anexos.

No período de 1930 a 1938, surgiu São João e Linha Presidente Becker. De 1938 a 1945, não houve imigração, apenas deslocamentos de famílias ao longo do rio Uruguai para o interior do município. De 1945 a 1955, ocorreu a ocupação na Linha Aparecida e na Linha Glória. A historiadora Maria Rohde cita em seu livro “Pioniergeist aus Vater Erbe” o seguinte ritmo de vendas das terras no município de Itapiranga, conforme TABELA 01 a seguir:

TABELA 01 – PERCENTAGEM DE VENDA DE TERRAS NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.

PERÍODO	QUANTIDADE DE VENDAS
1926 a 1930	50 % das vendas
1930 a 1940	25 % das vendas
1940 a 1969	25 % das vendas
TOTAL	100% das vendas

Fonte: Museu de Itapiranga

A vinda dos fluxos populacionais ao município de Itapiranga paulatinamente foi se esvaziando e, em 1969, já não havia mais parcelas de terras disponíveis. Foi marcante na vida política de Itapiranga a sua passagem para Distrito em 1931, e para Município em 14 de fevereiro de 1954. O primeiro prefeito foi Wilibaldo Schöeler.

Nos primeiros tempos da colonização, os colonos passavam por muitas dificuldades. Fausto (1997, p. 123) relata esta situação ao referir-se com relação a essa problemática, no Brasil:

Apesar do otimismo que em geral cerca os empreendimentos ligados à criação de núcleos coloniais com a pequena propriedade, as dificuldades encontradas pelos

imigrantes eram muitas e grandes. A propaganda do Governo e dos particulares interessados em colonizar certas áreas nem sempre correspondia à verdade, já que em geral apresentavam as condições de vida e de produção como excelentes. Principalmente nos primeiros tempos as dificuldades sempre se apresentaram muito grandes. As estradas eram péssimas e o afastamento de centros consumidores tornavam, não raro, o escoamento inviável. Além do mais, justiça, escola e igreja eram muitas vezes inacessíveis devido ao isolamento dos núcleos coloniais. Poucas áreas puderam contar com uma rede ferroviária que facilitasse os contatos.

As dificuldades, embora existissem sempre, eram superadas devido à cooperação entre os colonos, a qual, durante as primeiras décadas, era condição muitas vezes de sobrevivência. Porto Novo cresceu e prosperou por várias décadas sob uma direção segura e enérgica, sendo incentivado e apoiado pela Igreja Católica.

A presença da Igreja Católica é marcada também pela atuação de três ordens religiosas que tiveram especial destaque na história do município de Itapiranga:

a) Irmãs da Divina Providência que entraram no município de Itapiranga no início do ano de 1938, após insistentes pedidos da comunidade local reforçados pelo do Pe. Vigário da sede. O primeiro objetivo do povo de Itapiranga ao solicitar a cooperação das Irmãs da Ordem foi atender, principalmente, às questões de saúde e de educação¹⁴. Construíram um hospital (no ano de 1938), denominado Hospital Sagrada Família e um Colégio (o atual prédio foi inaugurado em 1957), hoje com o nome de Colégio Estadual São Vicente que conta com 1.200 alunos e é o maior colégio do município de Itapiranga¹⁵.

¹⁴ Sobre a vinda e estabelecimento das primeiras Irmãs da Divina Providência na antiga vila de Porto Novo, há o relato dos mais antigos que a opção pelas Irmãs da Divina Providência aconteceu por sugestão do Sr. Waldemar Moesch, homem ligado à “Volksverein” e amigo das irmãs em Arroio do Meio - RS, o qual teria dito às lideranças [de Porto Novo]: ‘Se querem irmãs competentes e carinhosas com doentes, firmes e amáveis na Educação das crianças e adolescentes, procurem conseguir Irmãs da Divina Providência’. E, de fato, a Irmã Superiora da citada Ordem atendeu prontamente o pedido para o alívio e bem-estar da antiga vila (distrito) de Porto Novo, enviando as Irmãs, conforme registros em documentos da época.

¹⁵ No ano de 1987, as Irmãs venderam o prédio do educandário ao Governo do Estado de Santa Catarina, mas continuam atuando na Administração do Hospital, nas pastorais e na educação (algumas como professoras).

b) Padres Jesuítas que instalaram um seminário em Linha Sede Capela, interior do município, que serviu como escola de internato e externato no período de 1949 a 1979. No ano de 1980, as terras e as dependências da escola foram alugadas ao Estado e foi fundado o Colégio Agrícola São José, que tem se destacado na formação de técnicos agrícolas. No presente ano, formou-se a última turma do Curso Profissionalizante ligado ao sistema Estadual. De Centro de Educação Profissionalizante São José/CEDUP, a instituição passou a denominar-se Instituto Assistência e Educação São Canísio/IAESC, ainda ao encargo dos Padres Jesuítas¹⁶

c) Irmãos da Sagrada Família que, comprometidos com a educação do município, continuam até os dias atuais. Instalaram-se e fundaram o colégio Fundação Educacional de Itapiranga/FUNEI, em meados da década de 60.

Até o ano de 1938, as escolas do município eram todas de caráter particular (FOTO 10). A partir desta data é que começam a surgir, pouco a pouco, as escolas públicas estaduais. Atualmente, a FUNEI, que atua nos ensino fundamental e médio e o IAESC, que atua no Curso Profissionalizante em Agropecuária, são de caráter particular.

¹⁶ Cabe registrar que nas dependências da instituição dos padres jesuítas de Linha Sede Capela, município de Itapiranga, funcionam atualmente quatro instituições de ensino: 1.) A Escola Municipal Pe. Oscar Puhl, da pré-escola à 4ª série do ensino fundamental; 2.) A Escola de Educação Básica São José, estadual, de 5ª série do ensino fundamental à 3ª série do ensino médio; 3.) O Instituto Assistência e Educação São Canísio, com o curso profissionalizante (pós-médio) de técnico em agropecuária, e 4.) a FAI (Faculdades de Itapiranga), que iniciou o curso de Agronomia, em setembro de 2004.



FOTO 10 – ESCOLA NO INTERIOR DE ITAPIRANGA, NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1930, COM SEUS ALUNOS, PROFESSOR E PADRE DA PARÓQUIA. NESSE PRÉDIO, FUNCIONAVAM INICIALMENTE, AINDA, A CAPELA E O SALÃO COMUNITÁRIO

Fonte: MIDDELDORF, 1933, anexos.

No ano de 1929, o *crack* da Bolsa de Valores de Nova Iorque também atingiu Itapiranga. A banha do porco era, então, o principal produto vendido pelos colonos, sendo inclusive exportada. Com a crise, este produto teve que ser substituído pelo fumo, plantado até os dias atuais.

Durante o período da II Guerra Mundial, Itapiranga viveu grandes dificuldades pelos limites impostos, conforme a política brasileira. O morador de origem alemã foi perseguido, principalmente pelo fato de que muitos não falavam a língua nacional – o Português. Essa época ficou na memória dos itapiranguenses e é relatada pela tradição oral

como a “época negra”, devido às barbaridades cometidas contra os moradores de origem alemã.

Em inícios da década de 1960, Itapiranga apresenta um expressivo excedente de produtos coloniais, produzidos na pequena propriedade, caracterizada pela policultura. Em especial destaque estava o milho e a criação de suínos. Após cuidadoso diagnóstico e levantamento, as lideranças do município chegaram à conclusão que era urgente para o município a construção de um frigorífico, para abate de suínos, e de um laticínio, além de uma escola agrícola.

O frigorífico para abate de suínos SAFRITA – Sociedade Anônima Frigorífico de Itapiranga – foi fundado em 1962 e inaugurado em 19 de fevereiro de 1967. Inicialmente, o controle acionário pertencia a um grupo empresarial de Itapiranga. Depois passou para o Grupo CEVAL Industrial. No ano de 1997, o grupo CEVAL vendeu o frigorífico para uma empresa argentina, a BUNGE International. Atualmente a unidade da agroindústria de Itapiranga chama-se Seara Alimentos S/A (FOTO 11 e FOTO 12).



FOTO 11 – A CIDADE DE ITAPIRANGA E A AGROINDÚSTRIA SEARA ALIMENTOS S/A, NA ATUALIDADE

Fonte: RAMBO, Nestor Francisco, 2004.



FOTO 12 – A AGROINDÚSTRIA SEARA ALIMENTOS S/A DE ITAPIRANGA, NA ATUALIDADE

Fonte: RAMBO, Nestor Francisco, 2004.

A Agroindústria de Itapiranga, Seara Alimentos S/A, trabalhou inicialmente com o abate de porcos. Mais tarde, suínos e frangos. Atualmente, abate somente frangos, tendo transferido o abate de suínos para a cidade de Seara/SC.

A reunião da fundação da empresa de laticínios, que inicialmente funcionava num sistema de cooperativa, foi realizada no dia 04 de agosto de 1962 e instalada no ex-distrito de São João (hoje município de São João d'Oeste). Em Itapiranga, atualmente, há duas filiais de laticínios de iniciativa privada: a Laticínios Cedrense, com sede em São José do Cedro/SC e a Laticínios Tirol, com sede em Treze Tílias/SC. Estas filiais compram e resfriam o leite no município de Itapiranga e o transportam para as suas matrizes para processamento de derivados.

A agricultura e o município, como um todo, sempre prosperaram até os anos 80, quando se passou a sentir os efeitos de uma crise global e da grave situação econômica na qual o Brasil se encontrava.

Os efeitos da crise sentidos em Itapiranga foram:

- a) as agroindústrias passaram a fazer uma seleção e uma re-seleção dos integrados criadores de suínos, base da economia. Atualmente a suinocultura é acessível apenas para uma minoria, com tendência a uma concentração ainda maior;
- b) aumento das taxas de juros e a diminuição dos recursos de crédito para o pequeno agricultor;
- c) diminuição da área cultivada de milho já que este não tem preço compensador;
- d) baixa rentabilidade na criação de suínos e aves,
- e) a incapacidade de compor os custos de produção.

Sobre este aspecto, Belato (1985, p. 124) salienta que:

A incapacidade de compor os custos de produção impõe ao camponês duas alternativas: ou se proletariza ou se subordina à indústria ou cooperativa que lhe repassou o capital de custeio necessário à produção. É neste segundo caso que se consolida de forma definitiva a “integração” de parcela do campesinato à agroindústria.

A esse quadro veio juntar-se a economia neoliberal e globalizada a partir da década de 1990. Desde então, intensificaram-se os “contratos de produção”. As agroindústrias também tiveram que se readaptar.

Como consequência, até fins da década de 1990, observa-se uma agricultura empobrecida e até áreas rurais abandonadas pelo colono que tomou a direção dos centros urbanos, principalmente no Rio Grande do Sul, como Dois Irmãos, Ivoti, São José do Hortêncio, Sapiranga e outros. O jovem ficava no campo até o término do ensino fundamental, seguindo depois para a cidade.

Atualmente, com a ampliação da Agroindústria Seara Alimentos S/A, esse quadro passou por modificações. Essa agroindústria emprega em torno de 2.500 funcionários, o que faz com que o município tenha falta de mão-de-obra. Além disso, a empresa passou a buscar o pequeno produtor rural, o chamado pluriativo¹⁷, para sanar esta falta de mão-de-obra.

Com o advento do Mercosul, Itapiranga ficou à margem do mesmo por não possuir uma rede rodoviária que interligasse o Rio Grande do Sul com Santa Catarina, atravessando o rio Uruguai. Soma-se a isto, ainda, a produção de alguns produtos que não estão conseguindo competir, como é o caso do leite, dos suínos e de alguns cereais e grãos.

Essa situação da economia de Itapiranga trouxe reflexos significativos no seu quadro populacional. Quando fazemos um comparativo do Censo de 1996 com o de 1991, nota-se uma diminuição da população, tanto urbana como rural (TABELA 02). No ano 2000, o total da população diminuiu em relação ao ano de 1996. A população urbana é maior do que em 1996, devido aos investimentos feitos na agroindústria Seara Alimentos S/A, o que proporcionou mais emprego e a vinda de mais moradores para a cidade de Itapiranga.

¹⁷ Pluriativo é o pequeno produtor rural que se ocupa de funções agrícolas e não-agrícolas para aumentar sua renda. A pruriatividade será tema ainda amplamente trabalhado nesta dissertação,

TABELA 02 – QUADRO EVOLUTIVO DA OCUPAÇÃO POPUCIONAL NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC.

ANO	POPULAÇÃO		
	TOTAL	URBANA	RURAL
1991	15.240	4.536	10.704
1996	14.996	5.504	9.492
2000	13.980	5.592	8.388

Fonte: IBGE - Contagem da População 2000 e Anuário Estatístico de Santa Catarina.

Da área inicial de Itapiranga (581,5 km² - MAPA 07), com o desmembramento dos ex-distritos de Tunas em 01 de janeiro de 1989 e São João em 01 de março de 1993, hoje respectivamente Tunápolis e São João do Oeste, restaram 286,1 km² (MAPA 08). O município cedeu para Tunápolis 133,8 km² e para São João do Oeste 161,6 km², num total de 295,4 km².



MAPA 07 – MAPA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA ANTES DO DESMEMBRAMENTO DE SEUS EX-DISTRITOS DE TUNAS (HOJE TUNÁPOLIS) E SÃO JOÃO (HOJE SÃO JOÃO D'ÓESTE)

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, 1985.

Uma observação importante é que, apesar da redução da área do município, a população aumentou, demonstrando que existe um fator determinante de atuação, provavelmente relacionado às agroindústrias ali instaladas.

Não há números oficiais sobre o total de saída ou de entrada de migrantes no Município, o que se verifica atualmente no município é que existe uma forte subordinação dos agricultores às agroindústrias e às cooperativas-capitalistas. A produção integrada de suínos e aves envolve, de um lado, um enorme contingente de famílias da pequena propriedade agrícola familiar e, de outro, as agroindústrias, onde se destacam a Seara Alimentos S/A e a Cooper A1 (Filial da Cooperativa Aurora de Chapecó/SC)¹⁸, localizadas na sede do município.

A crise na agricultura, especialmente da pequena propriedade agrícola familiar é decorrente, em parte, da má distribuição dos investimentos feitos ao longo da história no Brasil, onde estiveram sempre em pauta os latifúndios e as grandes propriedades com produção voltada para a exportação, ou seja, uma economia essencialmente agroexportadora. Mesmo assim, somos um país cujo povo passa fome.

4.1 INTEGRAÇÃO E SUBORDINAÇÃO AOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS - ATÉ ONDE VAI A LIBERDADE DO PEQUENO AGRICULTOR *PLURIATIVO?*

A partir do final da década de 1950, no correr da década de 1960 e especialmente em inícios da década de 1970, a modernização da agricultura foi implantada no âmbito do Estado brasileiro, alcançando, por extensão, Santa Catarina e o município de Itapiranga.

¹⁸ A Cooperativa Aurora de Chapecó, que adquiriu recentemente a Cooperativa de Itapiranga, possui filiais em praticamente todos os municípios do oeste catarinense, sendo muito forte no setor de supermercados, de agroindústria e de compra e venda de sementes e produtos agrícolas em geral.

Naquele momento de transformações da agricultura brasileira, Testa (1996, p.45) assim define o quadro da região oeste de Santa Catarina:

A existência de uma produção familiar, dinâmica já articulada, mesmo que informalmente, ao processo de agroindustrialização, especialmente na atividade suinícola. Um parque agroindustrial em expansão, concentrado nas atividades de produção e industrialização de matérias-primas agrícolas. Neste parque destacaram-se a existência de um conjunto de agentes agroindustriais com enorme capacidade de empreendimento, que com o passar do tempo transformaram-se em empresas líderes no setor, cujos exemplos mais marcantes são: SADIA, CHAPECÓ, PERDIGÃO, SEARA/CEVAL, COOPERATIVA AURORA, etc.

Um serviço público de assistência técnica e extensão rural executado pela ACARESC, preparado para atuar em todo o Estado. Posteriormente, em meados dos anos 70, constituiu-se a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. – EMPASC e o Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves – CNPSA da EMBRAPA, dando suporte a necessidade de geração e adaptação da tecnologia agropecuária. Políticas públicas de financiamento a modernização dos parques industriais instalados no Estado. Além dos financiamentos para a modernização da agricultura providos do governo federal, especialmente o crédito rural, nos anos 70 o Estado de Santa Catarina criou um conjunto de programas de incentivo como: O Fundo de Desenvolvimento do Estado de SC – FUNDESC, o Programa Especial de Apoio a Capitalização de Empresas – PROCAPE, e o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Suínos de SC – PROFASC.

A política de incentivos na década de 1970 foi captada de forma diferenciada pelas agroindústrias da região oeste de Santa Catarina. As empresas do setor privado investiram na modernização de suas unidades, além de construírem novas instalações nos ramos de suínos, aves e soja¹⁹. Com relação ao setor agroindustrial cooperativo, o investimento inicial centrou-se no ramo suinícola. Assim, essas agroindústrias privadas tiveram o investimento de capital inicial maior que o do setor cooperativo²⁰.

A agropecuária da região oeste de Santa Catarina passou a ter condições que viabilizaram uma modernização na agricultura. De início, essas políticas provocaram um intenso desenvolvimento agroindustrial, além de incorporarem uma significativa parcela dos

¹⁹ A agroindústria da Seara de Gaspar/SC foi construída com recursos do FUNDESC. Da mesma forma, a unidade industrial de perus e frangos da SADIA, de Chapecó/SC, usou também recursos do FUNDESC.

²⁰ O setor cooperativo no oeste catarinense passou a investir na avicultura apenas no final dos anos 80.

produtores familiares, ocorrendo, de acordo com Belato (1985, p.264) “uma subordinação e uma integração do camponês às agroindústrias”²¹.

Os recursos e incentivos oferecidos ao setor agrícola não alcançaram uniformemente ou homogeneamente os agricultores de Itapiranga e do oeste catarinense. Os produtores que tinham melhores acessos ao crédito acabaram se beneficiando e investiram na suinocultura e na avicultura com uma forte subordinação às agroindústrias e às cooperativas-capitalistas.

A produção integrada de suínos e de aves envolve um contrato de integração que engloba desde o fornecimento dos insumos em geral, assistência técnica intensiva, até o controle completo da comercialização e transformação industrial pela agroindústria. Ao produtor cabe adotar práticas previamente discriminadas pela assistência técnica do manejo da criação. A estrutura minifundiária da agricultura do município e região – agricultura está em crise – permite uma “seleção dos melhores”. Essa seleção recai sobre as famílias da pequena propriedade agrícola familiar. As famílias são as escolhidas e não “peões” ou outros interessados “sem terra”. Atendendo às exigências de “integrado”, parte da mão-de-obra da propriedade rural fica destinada a trabalhar nos aviários ou chiqueiros. É notório, que grande parte desta mão-de-obra integrada é explorada pelas agroindústrias, de onde emerge a preocupação do *social*, do “humano” destes trabalhadores. Strieder (2000, p.162) alerta que:

²¹ Conforme Belato (1985, p.264), “a teoria americana do *agribusiness* determina as formas e os mecanismos básicos da subordinação da agricultura como um todo ao capital e as instâncias de coordenação e controle da produção. A teoria pressupõe um elevado grau de concentração do capital no segmento que passa a exercer a coordenação do processo produtivo, imprimindo à agricultura um caráter de industrialização. É precisamente essa industrialização da agricultura que se faz acompanhar da concentração de capital tanto a jusante quanto a montante da produção agrícola, introduzindo a concentração na própria produção agrícola, despojada, porém, do comando da circulação do capital ao longo da cadeia agroalimentar, despojamento que indica sua função exclusiva de produtora de matérias-primas e absorvedora de capital produtivo de tipo industrial. A esse processo de concentração do segmento industrial é que os teóricos do *Agribusiness* vão chamar de integração, cuja expressão são as agroindústrias, situadas à jusante e/ou montante da produção agropecuária. O grau e a forma em que se dá a subordinação da agricultura ao segmento industrial determina o grau e a forma em que se dá a integração. O conceito de integração enquanto indica um certo grau de concentração e subordinação contém uma ambigüidade, que na teoria do *Agribusiness*, exerce uma função ideológica fundamental”.

certamente, o produtor integrado, via interferência da agroindústria que viabiliza o deslocamento de modernas técnicas produtivas e de alta tecnologia genética, qualifica-se para produzir um produto padronizado e de melhor qualidade. Fato que gera um distanciamento e torna a competição com os agricultores não integrados desigual.

Em Itapiranga, a grande maioria dos agricultores não é integrada. Ser integrado significa ser muito cobrado, além de gerar muitas desconfianças por parte do agricultor no que se refere à segurança e ao retorno do capital investido.

Sobre os problemas que acarretam à pequena propriedade agrícola familiar, Medeiros (1988, p. 117) salienta que:

este trabalhador é um candidato forte a abandonar o campo diante de tamanha força repulsora. Entretanto, também o pequeno produtor que ainda detém a posse da terra é um candidato em potencial à emigração, pois a pequena propriedade familiar constitui uma forma de exploração que não concilia a organização familiar com a agricultura [...].

Segundo o estudo de Haesbaert (1995, p.192), “este mesmo processo que, por um lado, produz redes que conectam os capitalistas com as bolsas mais importantes do mundo e aceleram a circulação da elite planetária, por outro gera uma massa de despossuídos [...]”. Essa massa “estrutural” de miseráveis, fruto em parte do novo padrão tecnológico imposto pelo capitalismo, fica totalmente marginalizada do processo de produção, formando assim verdadeiros amontoados humanos – daí a sugestão do termo “aglomerados de exclusão” para os espaços ocupados por esses grupos – que, muitas vezes, não podem ser vistos nem mesmo na acepção marxista de exército industrial de reserva.

Ao falar da produção agrícola na pequena propriedade, Ianni (1997, p.49) enfoca que “a pequena produção continua a ser importante no conjunto da vida sócio-

econômica no mundo agrário”. Entretanto, essa pequena produção encontra-se, em geral, determinada pelas exigências da grande produção. De modo direto ou indireto, pode estar satelizada pela grande empresa. Produz matéria-prima para a grande empresa, fábrica ou agroindústria. Ressalta o autor, ainda, que os processos e as estruturas que dinamizam a globalização transformam ou simplesmente dissolvem o mundo agrário.

A agricultura familiar parece seguir rumo a um futuro promissor, desde que as unidades de produção operem com critérios justos e que suportem a competitividade do mundo globalizado, ou seja, com uma atualização tecnológica e incentivada, uma política financeira que ampare o agricultor, além de assistência técnica voltada à agroecologia, ao associativismo e ao cooperativismo e, assim, descubra novos “nichos” de mercado. O Estado de Santa Catarina, com algo em torno de 181 mil pequenas propriedades agrícolas familiares, deve repensar sua política de ajuda à agricultura, procurando, então, incentivar a agroecologia e o setor de hortifrutigranjeiros.

4.2 A AGRICULTURA FAMILIAR E O DESLOCAMENTO PENDULAR: AS OPORTUNIDADES DE TRABALHO EM ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC

Tem-se, na pequena propriedade agrícola familiar do oeste de Santa Catarina, e especialmente em Itapiranga, um exemplo da dissociação do que se considera “rural” e ao que se considera “agrícola”. Esse “novo rural”, conforme Carneiro (1998, p.211),

se caracteriza, tal como na França, pela múltipla inserção do indivíduo no mercado de trabalho – fenômeno que passa a ser reconhecido pela categoria analítica

pluriatividade. Esse movimento de reorientação da capacidade produtiva da população rural se expressa também em novas formas de organização da atividade agrícola articuladas ao trabalho não-agrícola, como uma alternativa ao êxodo, ao desemprego urbano e ao padrão de desenvolvimento dominante.

Essa identidade do pequeno produtor do município de Itapiranga, em constante (re)elaboração, é uma luta para tornar possível a continuidade da vida social em espaços onde o flagelo da expropriação o perseguia. Quando as famílias procuram mecanismos de aumentarem sua renda para melhor sobreviverem e continuam morando no campo, esta opção tem uma razão de ser. Carneiro (1998, p.207) explica essa situação, afirmando que:

Na medida em que o modelo produtivista não garante mais a manutenção da rentabilidade das chamadas “empresas familiares agrícolas”, é a racionalidade familiar que permite formular mecanismos de adaptação às novas restrições impostas pelo mercado e pela nova conjuntura econômica. Nesses casos, é a lógica da reprodução social – e não mais a do capital – que passa a orientar as atividades econômicas, não se limitando apenas à agricultura. Nesse contexto compreende-se que os valores urbanos relacionados à conservação do meio ambiente e à manutenção de uma certa qualidade de vida no campo tenham podido dar suporte ideológico às estratégias familiares daqueles que decidiram permanecer em suas propriedades fundiárias.

A permanência nas pequenas propriedades, não mais exclusivamente agrícolas, deve-se aos laços familiares, que organiza as relações entre os indivíduos. De acordo com Carneiro (1998, p.208), cria-se e recria-se a capacidade “de resistência e de adaptação dessa estrutura às novas condições sociais e econômicas”.

Ao se estudar a pluriatividade, faz-se necessário ter muito claras quais são as características de uma família pluriativa. O estudo de Schneider (2003, p. 173) esclarece:

que famílias pluriativas são aquelas em que algum dos membros que compõem o núcleo familiar exerce um tipo de atividade considerada não-agrícola. A distinção entre famílias pluriativas e famílias de agricultores (portanto não-pluriativas) está assentada sobre o tipo de atividade que exercem os indivíduos membros das famílias rurais. Assim, será considerada pluriativa aquela família em que pelo menos um de seus membros estiver ocupado em atividade estranha à agricultura.

Sobre o que é agrícola e não-agrícola, existem controvérsias. Para a realização do presente trabalho, adota-se o mesmo procedimento utilizado por Schneider em outros trabalhos, onde “considera-se atividades não-agrícolas aquelas tarefas que não implicam o envolvimento direto nos processos de produção vegetal e/ou animal”

Dentro das atividades não-agrícolas desempenhadas pelos pequenos produtores rurais no município de Itapiranga, predominam as atividades assalariadas fora de suas propriedades, com destaque ao setor agroindustrial, do qual a Seara Alimentos S/A emprega o maior contingente.

Quando a produção é dentro da propriedade, como é o caso das pequenas agroindústrias, onde são processados produtos derivados da cana-de-açúcar, tais como, açúcar mascavo, melado, *schmier*, cachaça, licores, ou derivados do leite como queijo, nata, “leite in natura”, iogurte, ou outros, estas famílias serão consideradas pluriativas.

É importante destacar que, nas pequenas propriedades agrícolas, há os aposentados que têm sua renda mensal. Estas “rendas não-agrícolas”, somadas à renda agrícola, não darão, por si, a classificação de agricultores familiares pluriativos. Renda auxiliar não é necessariamente sinônimo de pluriatividade. Assim, conforme Schneider (2003, p. 175), “o que define a família pluriativa é, em primeiro lugar, a combinação de mais de uma atividade, sendo uma delas na agricultura, tendo em vista tratar-se de ‘agricultores familiares pluriativos’”, e não de outra categoria social que eventualmente possa compartilhar mais de um tipo de ocupação (por exemplo, médico e proprietário rural, advogado e professor). Nessa definição, são considerados “membros da família” aqueles indivíduos que habitam em um mesmo estabelecimento (propriedade rural), mas não necessariamente sob o mesmo teto. Na

ampla maioria dos casos, esses indivíduos também estão ligados por laços de consanguinidade e de parentesco, mas é possível encontrar famílias nas quais os indivíduos que não possuem essas duas últimas características são também considerados membros da família.

O crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural catarinense parece ser um bom indicativo de que este é um fenômeno fortemente ligado às economias locais e regionais. A oferta de novas oportunidades de trabalho e de renda, sem precisar “tornar deserto” o espaço rural, já não é apenas característica dos centros maiores, os chamados espaços “periurbanos”, mas já é característica de cidades pequenas como é o caso de Itapiranga. Ali, a crise econômica das últimas décadas, somada às profundas mudanças ocorridas na base técnica de produção, afetou a produção agropecuária, vinculada a cadeias agroindustriais, baseada em suínos, aves, milho, soja, fumo e leite. Estes problemas foram determinantes para que o pequeno produtor reduzisse sua participação no conjunto do trabalho rural e aumentasse sua participação no segmento das atividades não-agrícolas (assalariados).

A agroindústria Seara Alimentos S/A, após reformular e aumentar sua unidade de produção no ano 2000, passou a recrutar os colonos, especialmente os mais jovens, para trabalhar em sua unidade na cidade de Itapiranga. O município não supre a demanda da mão-de-obra necessária na agroindústria, sendo o recrutamento feito em toda a região próxima.

Na tentativa de aumentarem os seus rendimentos, membros das famílias que residem no meio rural buscam empregos (e renda) em atividades não-agrícolas. Assim sendo, dos 2.500 operários da Seara Alimentos S/A, do município, em torno de 700 são provenientes da pequena propriedade agrícola da região e conjugam o trabalho remunerado na empresa

com o trabalho agrícola. Este fenômeno é, pois, a pluriatividade, cujas características já foram descritas anteriormente.

Com a redefinição do processo produtivo e da organização do trabalho, especialmente na última década, os pequenos produtores rurais de Itapiranga puderam ter acesso às atividades não-agrícolas, obtendo, em consequência, novas formas de renda. O agricultor de outrora se dedicava à policultura e à criação de animais, com destaque à suinocultura; hoje, ele especializou-se mais em um único ou poucos setores, tais como produção de leite, criação de aves e suínos. Diminuiu-se a produção na lavoura enquanto se aumentou o sistema de integração com as agroindústrias. Esta nova adequação ao mercado de trabalho fez com que houvesse uma inserção de parte de membros da família desses produtores no mercado de trabalho não-agrícola, garantindo um novo índice de bem-estar social.

O deslocamento empreendido diariamente pelo pequeno produtor rural, conforme Seyferth (1974, 1984), é denominado de *auspendler*, ou seja, deslocamento pendular. O *auspendler* seria, então, esse movimento diário de deslocamento do meio rural, onde mora o pequeno produtor, para trabalhar, no caso de Itapiranga, na agroindústria Seara Alimentos S/A.

Nota-se, em Itapiranga, uma revitalização do espaço rural, com os novos processos de reprodução social dos agricultores através da ampliação da pluriatividade na pequena propriedade agrícola familiar. Isto vem ao encontro do que afirma Schneider (2003, p. 166):

Esta articulação *sui generis* da agricultura familiar com o mercado de trabalho de atividades não-agrícolas trouxe novas perspectivas de reprodução social e econômica para as famílias rurais dessas regiões. Ao invés do clássico mecanismo de proletarização e abandono do campo e dos estabelecimentos agrícolas, o que se verifica nessas áreas é, pelo contrário, uma revitalização do espaço rural, que se dá através da permanência das famílias nas propriedades, pela formação de famílias jovens e construção de novas moradias na propriedade paterna, pela expansão do comércio e das atividades de prestação de serviços, entre outros impactos. As famílias rurais organizam-se de modo a que uma parte de seus membros permaneça na propriedade (geralmente os pais, as crianças ou, simplesmente, os mais velhos), enquanto os demais integrantes da família dedicam-se aos trabalhos fora da propriedade. Mesmo trabalhando externamente à propriedade, a grande maioria desses trabalhadores permanece residindo no meio rural e mantendo a propriedade parcialmente produtiva, com o intuito de garantir, primordialmente, a produção alimentar para a subsistência.

Estudos recentes da EPAGRI, através do seu CPPP, mostram que mais de dez por cento das famílias dedicadas à pequena propriedade agrícola, no oeste catarinense, não têm sucessores. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar no município de Itapiranga parecem ter sido amenizados com a articulação de atividades não-agrícolas, trazendo melhores perspectivas de renda.

É necessário destacar que a qualidade de vida no meio rural do município é superior àquela de um bairro da cidade de Itapiranga. Produzir parte dos seus alimentos, ter contato com a natureza e manter o convívio social nas comunidades rurais são valores importantes mantidos por estas comunidades.

4.3 A PLURIATIVIDADE NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC

A análise de Schneider (1999, p.99) ao estudar as mudanças estruturais ocorridas na agricultura familiar da Colônia Velha alemã – Vale dos Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari – aplica-se bem a esta realidade de Itapiranga, visto que as

famílias que fundaram a Colônia Porto Novo – atual Itapiranga – vieram, na grande maioria, desta região. Apresentam também “a busca de atividades não-agrícolas como forma [...] de ampliarem suas rendas”. A esta combinação de tarefas o autor chama de pluriatividade, salientando que “o colono e sua família passaram a ter nos trabalhos fora da propriedade, formas alternativas, porém estáveis, de garantia da reprodução do núcleo familiar”.

As pequenas propriedades agrícolas do município têm como base o trabalho familiar. No entanto, dependendo do avanço do processo de expropriação, de proletarização e do pluriativismo exercido por parte dos familiares, pode haver falta de mão-de-obra na lavoura, havendo assim, a necessidade de contratação de mão-de-obra temporária ou definitiva, o que vai certamente, encarecer os custos e produção.

Outro fator a destacar é a “política de preço, normalmente desfavorável ao pequeno produtor rural” (SILVA, 1999, p.144). Ainda segundo afirmações do autor:

geralmente, a tecnificação implica aumento dos gastos monetários, elevando o patamar de custos de unidade produtiva [...] da mesma forma que a garantia de preços, a disponibilidade de recursos financeiros para arcar com os custos da nova tecnologia é vital para as economias camponesas. (SILVA, 1999, p.144)

Já em relação à comercialização surge um grande problema que é o atravessador. O autor enfatiza que infelizmente “permanece a questão da apropriação de grande parcela do excedente da produção camponesa pelo sistema de comercialização quando este se apresenta oligopolizado” (SILVA, 1999, p.144).

Além desses fatores, existe o desgaste das terras cultivadas pelo descaso com técnicas mais eficientes ao longo da história do município, onde o excessivo desmatamento e a falta de rotação de culturas, além do *slogan* da “Revolução Verde” fizeram com que o

agricultor se atrelasse aos insumos modernos, gerando uma dependência extrema. Automaticamente, dentro dessas pequenas propriedades, que possuem como marco característico a policultura, os ganhos e a lucratividade deixam a desejar.

A pluriatividade no município de Itapiranga é, portanto, exercida conciliando atividades de “operários com a de colonos”, ou seja, colonos que são operários, trabalhando na agroindústria e morando no meio rural e que se ocupam também da lavoura. A partir do ano 2000, com a ampliação da unidade agroindustrial Seara, situada no município, ocorre a conciliação destas atividades. Conforme Schneider (1999, p.100), o que os distingue dos outros operários é “o fato de possuírem outra ocupação – a lavoura, mesmo que voltada à subsistência [...] e não residirem na área urbana. Paradoxalmente, são ao mesmo tempo assalariados, por um lado, e proprietários dos meios de produção, de outro”.

Ao se perguntar se é viável ser um agricultor pluriativo, 45% dos pequenos produtores entrevistados responderam que sim; 31% responderam que não; e 24% não sabem ou não têm bem definido (TABELA 03).

TABELA 03 - QUESTÃO DIRIGIDA AOS PAIS: VOCÊ ACHA VIÁVEL SER UM AGRICULTOR “PLURIATIVO”?

RESPOSTA	N ^o	%
Sim	30	45
Não	21	31
Não sabem	16	24
TOTAL	67	100

Fonte: Entrevista aplicada pelo autor aos agricultores do município de Itapiranga, em 2003.

A TABELA 04 indica se a “pluriatividade” prejudica ou não a produção de alimentos. Nesta entrevista, 39% responderam que prejudica, 36% responderam que não prejudica e 25% não sabem ou não responderam à questão. Estas duas questões se complementam no que tange ao pensamento do pequeno produtor sobre necessidade e viabilidade em complementar a renda numa atividade não-agrícola.

TABELA 04 - QUESTÃO DIRIGIDA AOS PAIS: A PLURIATIVIDADE PREJUDICA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS?

RESPOSTA	Nº.	%
Sim	26	39
Não	24	36
Não sabem ou não responderam	17	25
TOTAL	67	100

Fonte: Entrevista aplicada pelo autor aos agricultores do município de Itapiranga, em 2003.

Percebe-se, a partir dos dados das entrevistas tabulados na TABELA 04, certa preocupação do pequeno produtor sobre as possíveis conseqüências em sair da propriedade rural em busca de uma atividade remunerada para complementar sua renda. Vários entrevistados, mesmo respondendo que acham viável a opção por um trabalho não-agrícola para complementar a renda, pensam que isto prejudica a produção de alimentos. Mas, para a maioria, dentro do sistema capitalista o que vale é dinheiro e renda.

Por outro lado a “expropriação” e a exploração formam um conjunto, que acaba estrangulando muitos pequenos produtores rurais no município de Itapiranga. A relação campo-cidade tornou-se para muitos do meio rural algo difícil, onde a exclusão e a migração de um percentual significativo da população é uma realidade presente. Na visão de Martins

(1980, p.54), “a expropriação constitui uma característica essencial do processo de crescimento do capitalismo, é um componente da lógica da reprodução do capital. O capital só pode crescer, só pode se reproduzir, à custa do trabalho, porque só o trabalho é capaz de criar riqueza”. O capitalismo tem como lei básica a subjugação do trabalho e trabalhador, onde a meta maior sempre é o lucro e a propriedade privada. Assim, na expressão do autor, não existe capitalismo sem subjugação do trabalho. À medida que o trabalhador vai vendendo sua força de trabalho ao capitalista (através do salário), o resultado do seu trabalho aparece como propriedade do capitalista (que o comprou). Para que isso ocorra eficazmente, necessário se faz separar o trabalhador dos seus instrumentos e artefatos de trabalho, para que não trabalhe para si, mas sim para o capitalista. Com relação a este aspecto, Martins (1980, p.55) esclarece que:

a instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias-primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho. Para trabalhar, terá que vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos.

Em Itapiranga, não são poucos aqueles que, extenuados por anos de dedicação por um trabalho sacrificado e pouca rentabilidade, ficam excluídos, expropriados, abandonando o campo em direção às cidades, onde, via de regra, o futuro que os espera é ainda pior que o passado dedicado à agricultura.

4.4 A SUCESSÃO HEREDITÁRIA

Quando se fala em sucessão hereditária na pequena propriedade agrícola familiar, é porque a mesma é significativa e não há outra atividade econômica onde as relações familiares tenham tanta importância como na agricultura.

A maioria dos agricultores contemporâneos continua a atividade dos pais. Nos países desenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos, Canadá, França e Inglaterra, a passagem de um negócio agrícola para outra geração é bem maior do que a de um negócio não-agrícola.

Na pequena propriedade agrícola familiar, a gestão e a maior parte do trabalho agropecuário vêm essencialmente da família. A não-separação entre negócio e família e o local de residência como local de trabalho são características da organização da agricultura contemporânea e que ferem importantes premissas consideradas por Max Weber, como essenciais à formação do capitalismo.

Conforme dados divulgados pela EPAGRI, em 1999, 12% é a proporção de estabelecimentos familiares do oeste de Santa Catarina sem sucessores. Em Itapiranga, conforme entrevistados, esta proporção está em 10%.

Os casais que não têm filhos sucessores ou filhos interessados em continuar na propriedade rural preocupam-se e lamentam-se sobre o que isto representa. O agricultor

Inácio Lauro Grützmann, 48 anos, morador da Linha Sede Capela, do município de Itapiranga, assim se expressa:

Vejo muito difícil a luta na pequena propriedade. A minha propriedade comprei aos poucos com muito suor... Hoje, meus filhos todos querem sair da propriedade. Sozinhos não agüentaremos sempre.

A sucessão hereditária é preocupação também do agricultor Luiz Juver, 53 anos, morador de Linha Sede Capela, que salienta:

Vamos nos obrigar a arrumar outra mão-de-obra, pois nossos filhos vão em busca de outros meios para obter uma vida mais digna e de maior renda.

As entrevistas mostraram ainda que em torno de 40% das famílias da pequena propriedade agrícola familiar do município tinham preocupação e estavam inseguras pela indefinição de seus filhos quanto à permanência e continuidade dos trabalhos na lavoura. O senhor Roque Reinaldo Finger, 46 anos, assim resume sua preocupação:

Não sei como vai ficar, pois ninguém quer assumir a propriedade... além disso, eu deixo a liberdade aos filhos, pois se tenho condições em pagar os estudos eu pago... e o interesse é de cada um, pois eu não obrigo ninguém.

No questionário dirigido às famílias, quando perguntados sobre qual o futuro desejado, a maioria dos pais responderam que desejam continuar na pequena propriedade. As moças e os rapazes responderam, em sua maioria, que desejam estudar para ter um futuro melhor. Este futuro melhor representa atividades não-agrícolas. Neste item, o número de rapazes que tencionam continuar na lavoura foi maior do que o número de moças interessadas (TABELA 05 e TABELA 06).

TABELA 05 – O FUTURO PROFISSIONAL DESEJADO PELOS RAPAZES DA PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA DE ITAPIRANGA/SC

RESPOSTAS	Nº.	%
Ficar na agricultura como proprietário	07	11,30
Estudar para ter um futuro melhor na cidade ou outra atividade não-agrícola	20	32,25
Ficar no meio rural e ocupar-se em atividades não-agrícolas	01	01,61
Ocupar-se em atividades agrícolas e não-agrícolas	02	03,22
Estudar e trabalhar no exterior (Alemanha, Áustria)	02	03,22
Outros (atividades diversas, não-agrícolas)	30	48,40
TOTAL	62	100

Fonte: Entrevista aplicada pelo autor aos agricultores do município de Itapiranga, em 2003.

O futuro profissional desejado pelos rapazes e moças da pequena propriedade agrícola de Itapiranga indica que a sucessão hereditária no município encontra-se ameaçada. Apenas 11,30% dos rapazes pensam em ficar na agricultura e nenhuma das moças pensa em seguir esse caminho

TABELA 06 - O FUTURO PROFISSIONAL DESEJADO PELAS MOÇAS DA PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA ITAPIRANGA/SC

RESPOSTAS	N ^o .	%
Ficar na agricultura como proprietária	---	---
Estudar para ter um futuro melhor na cidade	29	48,33
Ficar no meio rural e ocupar-se em atividades não-agrícolas	01	01,66
Ocupar-se em atividades agrícolas e não-agrícolas	01	01,66
Estudar e trabalhar no exterior	02	03,33
Outros (atividades diversas, não-agrícolas)	27	45,00
TOTAL	60	100

Fonte: Entrevista aplicada pelo autor aos agricultores do município de Itapiranga, em 2003.

Chama a atenção a ênfase ao estudo, tanto dos rapazes como das moças, como forma para ter um futuro melhor. A maioria das moças, 48,33%, e uma significativa parcela dos rapazes, 32,25%, pensam dessa forma. Além disso, 3,33% das moças pensam em estudar e trabalhar no exterior²², o que, somado as que têm a intenção de estudar no Brasil, atinge um total de 51,66% das intenções. De forma parecida, 3,22% dos rapazes pensam em estudar, estagiar e trabalhar no exterior, o que, somado com os que pretendem continuar os estudos no Brasil, perfaz um total de 35,47% das intenções.

Necessário se faz registrar que “continuar os estudos” para o pequeno produtor rural é fazer um curso superior. A maioria dos jovens terminou ou pensa em terminar o ensino médio e, conforme dados da Secretaria Municipal de Educação, 90% dos jovens completaram ou estão completando esse grau de ensino.

²² O Município de Itapiranga/SC possui convênios com a Alemanha, Áustria e Suíça para estágios e estudos temporários

Além disso, há o fato de alguns jovens não pretenderem continuar na agricultura sucedendo seus pais futuramente na pequena propriedade. Isto se deve, em parte, ao pouco incentivo que os pais dão aos seus filhos, em especial às mulheres (TABELA 07).

TABELA 07 - ESTÍMULO DADO PELOS PAIS A SEUS FILHOS PARA SEREM AGRICULTORES

RESPOSTAS	Nº	%
Sim	10	15
Não	27	40
Deixa liberdade	30	45
TOTAL	67	100

Fonte: Entrevista aplicada pelo autor aos agricultores do município de Itapiranga, em 2003.

O fato de os pais não estimularem os seus filhos (40%) deve-se ao “grande sacrifício sem retorno” ou porque o “agricultor depende muito dos fatores climáticos” ou ainda “por não sair muito lucro de pouca terra”. Além disso, o não-estímulo ou não-incentivo à permanência dos filhos na pequena propriedade agrícola é o “fato de existência de outras opções de trabalho (não-agrícola), melhores do que ficar na agricultura” Os pais se lembram dos seus anos na agricultura, o que os leva a “não quererem que seus filhos sofram como eles”. Parece aí residir os motivos pelos quais também deixam aos filhos a liberdade de escolha da futura profissão (45%). Mas os que estimulam seus filhos (15%) nem por isso deixam de estar preocupados e gostariam que os filhos ficassem. Alguns se pronunciaram dizendo que “mesmo sabendo que não é a melhor profissão”, dão o estímulo a seus filhos.

Outros, além de incentivar, alertam sobre os perigos das grandes cidades e se lembram da difícil situação de desemprego pela qual atravessa o Brasil.

5 O FUTURO RURAL DE ITAPIRANGA/SC – PERSPECTIVAS

O meio rural no município de Itapiranga apresenta-se revalorizado. Da mesma forma que na sede do município não existem apenas indústrias, no interior, nas pequenas propriedades agrícolas, também não existem apenas agricultura e agricultores.

Em torno de um terço dos itapiranguenses vivem em localidades no interior do município, que podem ser classificadas ou definidas como rurais. Não existe nenhum indicativo de que essa proporção venha a cair num horizonte próximo. A partir da segunda metade da década de 1990, ocorre a redução no número de famílias que deixam o meio rural. O espectro da “expropriação” foi sendo gradativamente superado. A ajuda do Governo Federal, transferindo renda a populações pobres, deu um novo cunho às atividades econômicas nas pequenas propriedades agrícolas, como aposentadoria rural, bolsa-escola, auxílio PRONAF e outros, repercutiram positivamente sobre a vida nas diferentes localidades.

É necessário ver o meio rural como o espaço de atividades variadas, onde a paisagem natural e a biodiversidade já não são mais obstáculos ao desenvolvimento e preservá-las significa agregar valor. Além disso, o relacionamento dos agricultores entre si e com a sede do município apresenta, de acordo com Abramovay (2003, p. 13), “características que oferecem perspectivas promissoras ao processo de desenvolvimento” Se o meio rural for

considerado apenas como sendo a base exclusiva da produção agropecuária, seu esvaziamento não tardará a acontecer. Se, no entanto, for percebido como o é no município de Itapiranga, como sendo a base para o exercício de inúmeras atividades, envolto em laços sociais, criará, conforme salienta Abramovay (2003, p. 13), “uma visão do território brasileiro que recusa às metrópoles o lugar exclusivo de horizonte promissor para as novas gerações”.

O “planejamento territorial” do município de Itapiranga passa pela participação dos vários conselhos municipais de desenvolvimento. Destacada é também a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Sindicato dos Produtores Rurais. O problema é que o alcance dessas organizações, muitas vezes, não atinge toda a região, com suas metas inovadoras e com propostas para o desenvolvimento. Suas propostas em âmbito de município expressam um real esforço da construção de poderes locais e a tentativa de descentralização de políticas públicas.

Como definir o que é o rural e o não-rural no município de Itapiranga? A definição usada pelo IBGE é incompleta e carente de um embasamento mais firme. O rural seria formado pelas áreas que se encontram fora dos limites das cidades. Uma melhor organização e um mínimo de infra-estrutura são suficientes para que a classificação passe a ser “urbana” e/ou “urbanização do campo” Neste sentido, enquanto o estudo do meio rural for analisado e compreendido como sinônimo de “esvaziamento”, não se compreenderão as razões pelas quais existem áreas rurais dinâmicas. Assim sendo, não existe uma definição universal e um consenso sobre a melhor hoje existente. Existem muitas contradições, e o melhor exemplo de definição está nas chamadas “cidades rurais”. Deve-se definir o meio rural como sinônimo de desenvolvimento, que não o compare e condene ao esvaziamento populacional, social, cultural e econômico.

O meio rural não é definido pela agricultura e as cidades não o são pela indústria. Na visão de Abramovay (2003, p. 24), ruralidade e urbano são “conceitos de natureza territorial e não-setorial. Compreender o significado de ruralidade nas sociedades atuais significa em primeiro lugar um contato mais imediato dos seus habitantes com o meio rural do que com as cidades.”

Outro aspecto a considerar sobre o estudo e classificação das localidades rurais é a sua relativa dispersão populacional. Dispersa, mas com mobilidade cotidiana, com um rápido trânsito entre trabalho (pluriativos), lazer e comércio. Tanto a relação com a natureza quanto a dispersão populacional representam um valor importante nas sociedades contemporâneas: a vida insegura e a solidão nos grandes centros urbanos reforçam a busca de paz, sossego, relações de vizinhança e comunitária no meio rural. O meio rural apresenta-se disperso, do ponto de vista de moradia, mas organizado do ponto de vista social. Isso não tem preço e a sociedade tem descoberto isso cada vez mais.

A relação com as cidades apresenta-se como outro fator relevante das áreas rurais. No município de Itapiranga e em todo o oeste catarinense, existem estreitos laços econômicos com a sede de seus municípios e com outras cidades do país e do mundo. O meio rural de Itapiranga tem laços fortes com o meio rural e cidades da República Federal da Alemanha. A cada ano, um número considerável de jovens faz estágio (por períodos que variam de um a dois anos) naquele país. A maioria desses jovens volta, embora alguns que conseguem o visto de permanência ou “dupla cidadania” permaneçam lá.

Quando se fizerem referências, nessa pesquisa, às insatisfatórias fronteiras entre o rural e o urbano no Brasil, o problema decorre do fato de a delimitação ser meramente administrativa. Assim, percebe-se que o rural é definido, em parte, ao arbítrio dos poderes públicos municipais, nos quais as conseqüências fiscais da definição acabam tendo mais relevância que seus aspectos geográficos, culturais, sociais e econômicos. Aqui há, no âmbito do município, o exemplo clássico da localidade de Linha Sede Capela. Arbitrariamente, essa localidade foi transformada em “Bairro Avançado” de Itapiranga. Hoje, os problemas estão aí. Como regularizar uma “pequena vila” com vocação eminentemente agrícola? Granjas com criação de suínos e aviários próximos, terrenos não-regularizados, apenas uma coleta mensal do lixo, estradas de acesso em péssimo estado, ruas intransitáveis, rua de calçamento com precária manutenção e falta de escoamento da água em dias de chuva forte são os problemas mais fortes e urgentes. Tantos problemas fazem a comunidade se sentir “ilhada”. Carroças, carretas agrícolas, tratores, cavalos, graneleiros e caminhões com milho dão um intenso movimento à rua principal (da “vila”), o que demonstra que a localidade tem uma vocação eminentemente agrícola. E deve se orgulhar disso. A ruralidade da localidade não tem nada de atrasado. Mas infra-estrutura de “vila” como “centro urbano” clama por melhorias.

A ruralidade será cada vez mais um valor, pelo contato com a natureza, na preservação da biodiversidade, por um estilo de vida menos estressante e menos violento do que nos centros urbanos, buscando e rebuscando valores culturais que são importantes para a nossa vida.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa permitiu perceber que a pluriatividade surge no município de Itapiranga com mais intensidade a partir do ano 2000, quando as agroindústrias aumentam significativamente a produção para o consumo externo (exportação).

A pluriatividade parece ser a solução para a questão da sucessão – fixação dos filhos no campo. É notória a elevação da estimativa de jovens e adultos em querer permanecer morando na pequena propriedade agrícola familiar.

Outra consequência positiva para o município é o aumento do comércio tanto na cidade como no interior, já que o pequeno produtor pluriativo, com mais renda, pode comprar mais e investir em mais conforto e tecnologia para enfrentar seu dia a dia. A continuação da policultura (plantação do milho, feijão, arroz, batata inglesa e batata doce), além de hortifrutigranjeiros e piscicultura, permite o fornecimento de produtos saudáveis e de qualidade. As feiras e os supermercados locais são abastecidos por estes produtos, e os pequenos produtores pluriativos também contribuem no fornecimento dos mesmos.

Merece destaque especial a questão da qualidade de vida e de convívio social

que o ator pluriativo defruta em suas localidades do interior. Em contato com a natureza e na lida com a terra e animais, nas horas que têm disponíveis longe da agroindústria onde geralmente trabalha, sua vida é bem menos estressante do que se morasse num bairro ou periferia de uma cidade como operário (tão somente). Some-se a isto, ainda, o custo de vida que é relativamente baixo, além de haver a possibilidade da venda dos excedentes produzidos na pequena propriedade agrícola familiar.

Outro fator determinante para a permanência do pequeno produtor no campo e complementação de sua renda com atividades não-agrícolas, é o lado social. O convívio em sociedade nas diferentes comunidades é de muita organização e o lazer é melhor e de mais qualidade do que na maioria das cidades. As pessoas se conhecem e formam grupos voltados aos interesses comuns; dessa forma os grupos de jovens, os grupos de idosos, o clube de futebol que reúne jovens e veteranos, os grupos de bolão, os grupos de damas e as celebrações litúrgicas fazem parte da identidade do indivíduo, características da cultura germânica e da religião católica. O trabalho e a participação do coletivo são aspectos ainda muito presentes no interior do município de Itapiranga. A maioria das pessoas, por conhecer o lado triste dos centros urbanos, pensa e reflete muito bem antes de abandonar o meio rural.

A penetração do capitalismo no campo no município de Itapiranga, especialmente nas décadas de 1970, 1980 e 1990, foi muito brutal e nefasta. A retomada demorou e teve como grandes marcos, por um considerável período, a expropriação de muitas famílias (que foram morar na periferia das grandes cidades) e a falta de alternativas e perspectivas na pequena propriedade agrícola familiar aos jovens. A partir do ano 2000, esse quadro muda com o advento da pluriatividade, fazendo com que se tivessem novamente excelentes perspectivas na sucessão hereditária nas propriedades agrícolas, uma vez que o

jovem novamente passou a ter interesse em ali permanecer. Esse período coincide com a época em que a região do extremo oeste catarinense já possui uma Universidade muito bem estruturada, como é o caso da Universidade do Oeste de Santa Catarina/UNOESC, Campus de São Miguel d'Oeste, e com a criação da Sociedade Educacional de Itapiranga/SEI e das Faculdades de Itapiranga/FAI, com destaque aos Cursos de Agronomia, destas duas instituições. O município e a região terão a chance de manterem seus jovens e estudantes em seus lugares de origem. A geração de mais ciência, tecnologia e conhecimento trazem grandes benefícios à pequena propriedade agrícola familiar. Além disso, a sociedade como um todo tem ganhos, não apenas na agricultura, mas também no comércio e na indústria, uma vez que as famílias e os jovens passam a ficar mais no município, estudando e preparando projetos de investimento a favor da região. O município apresenta hoje ótimas oportunidades de investimento no campo e na cidade.

A modernização agroindustrial redefine e transforma a pequena unidade de produção. A modernização da agricultura no espaço rural brasileiro provocou um aumento na produção agrícola. Entretanto, o aumento de produção e produtividade não é condição suficiente para o bem-estar da população, porque não há certeza de que os benefícios desse crescimento serão redistribuídos entre os diversos setores da sociedade. A superação do atual padrão tecnológico não será rápida, pois o quadro econômico e institucional favorece a agricultura empresarial em detrimento da familiar.

Diante da crise em que se encontram os pequenos agricultores, é necessário que eles tenham novos horizontes pela frente. Dificilmente as mudanças estruturais acontecerão de cima para baixo. Por isso é importante uma tomada de posição daqueles que sentem o problema no seu cotidiano.

Alguns desafios são necessários ao agricultor, em especial ao pequeno agricultor. O seu maior desafio reside na obtenção de informação, no tomar conhecimento de sua situação. Desse desafio decorrem a importância do estudo, dos debates nas comunidades, nas Universidades e instituições de ensino superior, associações, cooperativas, sindicatos, prefeituras e colégios agrícolas.

O município de Itapiranga necessita de uma política agrícola e de crédito rural adequados e ainda mais firmes, para atenuar os impactos do processo de compatibilização agrícola inserido no Mercosul.

É urgente melhorar o padrão técnico das propriedades agrícolas no município. São necessárias lavouras e atividades pastoris dentro dos mais modernos padrões técnicos. Algumas tentativas já existem, tais como: seleção de raças de gado leiteiro apropriadas para o clima e relevo e seleção de pastagens apropriadas para cada época do ano (pastagens de inverno e pastagens de verão). Além disso, a contínua recuperação do solo, com adubação verde e orgânica, é muito importante. Neste sentido, a EPAGRI (ao contrário da sua antecessora, a ACARESC) é um órgão do governo estadual, que busca recuperar os prejuízos causados nas lavouras através de interessantes iniciativas. Atividades com a agroecologia e o programa de microbacias (com o melhoramento ambiental e a sustentabilidade ambiental) estão sendo sua grande bandeira. A pesca em açudes e o setor de hortifrutigranjeiros também têm sido enfocados pelos diferentes órgãos, aos pequenos produtores rurais.

Cabe registrar, que os desafios da integração vêm provocando crescentes ações concretas nesse sentido, quer no tocante à lavoura, quer na pecuária, tanto de corte como de

leite. Na agroindústria, faltam ajustes maiores para uma maior redistribuição de renda. O agricultor deve compreender que o consumidor – destinatário final de toda a produção – deve ser também beneficiado com produtos melhores (qualidade) e preços mais acessíveis.

De qualquer forma, portanto, os CAIs contribuíram para a pluriatividade dos pequenos produtores rurais e, com isso, o município ganha mais impulso principalmente com a permanência dos filhos dos pequenos produtores rurais no meio rural. A sucessão hereditária no município já não é mais tão problemática como vinha sendo há uns cinco anos.

Existem problemas no meio rural do município de Itapiranga que, mesmo assim, não são fáceis de serem superados. Para tanto, são necessários conjugar esforços. Governos, líderes comunitários, colégios agrícolas, instituições de ensino superior e produtores rurais, através de seus respectivos órgãos e organizações, devidamente assessorados, precisam encontrar-se mais e de fato, para uma saída viável para a pequena propriedade agrícola familiar.

O município de Itapiranga e a região do extremo oeste catarinense nunca tiveram tão presente, como na atualidade, a validade da pequena propriedade agrícola familiar como geradora de renda e empregos. Os resultados mostram que vale à pena investir nesse setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATLAS ESCOLAR DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. 1991.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- _____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre:UFRGS, 2003.
- ALMEIDA, J. **A construção de uma nova agricultura**. Porto Alegre:UFRGS, 1999.
- ARROIO, M. A espacialidade do futuro... além das fronteiras nacionais? **Ensaio FEE**. Porto Alegre, (16) 2: 491-509, 1995.
- BEDIN, G.A. **Os Direitos do Homem e o Neoliberalismo**. Ijuí : UNIJUÍ, 1998.
- BELATO, D. **Camponeses integrados**. 1985. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, São Paulo, 1985.
- BELLANI, E.M. **Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai**. Chapecó: Grifos, 1996.
- BROTHE, H. **Im kamp und Urwald südbrausiliens**. Berlin,: Salles, 1936. Anexos.
- BRUM, A. **Integração do Cone Sul – Mercosul**. Ijuí: UNIJUÍ, 1995.

CARNEIRO, M.J. **Camponenses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 1998.

CLAVAL, P. **A Geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 2001.

COSTA, V.M.H. de M. Espaço rural e produção agrícola – as delimitações e o desenrolar dos acontecimentos In: MENEZES, A.V.; PINTO, J.E. de S. (Orgs.) **Geografia 2001**. Aracaju: NPGE/UFS, 2000. p.75-94

COSTA, W.M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Contexto, 1988.

D'ONOFRIO, S.. **Metodologia do trabalho intelectual**. São Paulo: Atlas, 1999.

ECO, H. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

EIDT, P. **Porto Novo - da Escola Paroquial ao Projeto de Nucleação – Uma Identidade em Crise**. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

FAUSTO, B **História geral da civilização brasileira**. Tomo III, 3º volume. Sociedades e Instituições (1889 - 1930). Rio de Janeiro : Bertrand do Brasil, 1997.

FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Stúdio Nobel, 1995.

_____. **O desmanche da cultura**. São Paulo: Hucitec, 1997

FERREIRA, D.A. de O. **Mundo rural e Geografia – Geografia Agrária no Brasil:1930-1990**. São Paulo: UNESP, 2002.

FIORI, J.L. **Reforma do Estado e Reestruturação Territorial**. Tendências Contemporâneas (Justificativa – Seminário Temático). UFRGS: II Semestre de 2002.

_____. Reforma ou sucata? O dilema estratégico do setor público brasileiro. In: FIORI, J.L. (Org.). **Em busca do dissenso perdido**. Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995. p.97-119.

_____. Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. **Revista de Economia Política**, v.12, n.1, p.76-89, jan.-mar. 1992.

FONTOURA, L.F.M. “**Macanudo Taurino**”, uma espécie em extinção? Um estudo sobre a modernização da pecuária na região da Campanha Gaúcha. 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2000.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I.E de; GOMES, P.C. da C. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 5ª ed.. São Paulo: Loyola, 1992.

HEIDRICH, Á.L.. **Além do Latifúndio** – Geografia do interesse gaúcho. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

HEINEN, L. **Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina**. Aspectos Sócio-político-econômicos e religiosos. Joaçaba: UNOESC, 1997.

HELLER, A.; FEHÉR, F. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HOLLANDA, S.B. de. **História geral da civilização brasileira** Tomo II, 3º vol. - O Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

IANNI, O. **A Era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IBGE. **Contagem da População 2000: Resultados definitivos da contagem 2000.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

JUNGLUTH, R. **Documento histórico de Porto Novo** São Miguel d'Oeste: Arco Íris, 2000.

KOELLEN, A. **Porto Feliz – A história de uma colonização às margens do Rio Uruguai.** São Leopoldo: Rotermond, 1980.

LOHN, R.L. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, A. (Org.). **História de Santa Catarina – estudos contemporâneos.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. p. 41-60.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência – a questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, R.M.V. **As Formas de Produção e a Emigração no Rio Grande do Sul.** 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, 1988.

_____. **De la Colonisation des Terres Neuves à la Reforme Agraire au Brésil - Le parcours exemplaire du Rio Grande do Sul.** 1998. Tese (Doutorado em Geografia). Université de Poitiers/U.POITIERS, França, 1998.

MIDDELDORF, C. **Porto Novo – Urwaldsiedlung deutscher katholiken in Südbrasilien.** Porto Alegre : Typographia do centro, 1933.

MORAES, A.C.R. **Geografia crítica – A Valorização do Espaço.** São Paulo: Hucitec, 1987.

PESSÔA, V.L.S. Espaço Rural e Produção Agrícola: transformações e perspectivas da agricultura brasileira. In: MENEZES, A.V.; PINTO, J.E. de S. (Orgs.). **Geografia 2001.** Aracaju: NPGeo/UFS, 2000. p. 95-104.

PRADO, A.A. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. **Estudos: Sociedade e Agricultura**. Cultura e Imaginário, Natureza e Ecologia. Rio de Janeiro:UFRJ, n. 4, julho de 1995. p. 5-27.

QUEIROZ, M.I.P. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana**. Rio de Janeiro: LTC/USP, 1978.

RAMBO, A.B. O Associativismo Teuto-Brasileiro e os Primórdios do Cooperativismo no Brasil. **Perspectiva Econômica**, Vol. 23, nº 62-63, Cooperativismo 24-25, Jul/Dez. São Leopoldo, 1988.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RUCKERT, A.A. **Gestão, reforma do Estado, diferentes atores e reestruturação territorial**. São Paulo: USP, 1999.

RENK, A. **A reprodução social camponesa e suas representações. O caso de Palmitos – SC**. 1997. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Reforma do Estado: democracia participativa e território**. São Paulo: USP, out.1997c. 39p. Não publicado.

SANTA CATARINA(a) Assembléia Legislativa do Estado. Governador Irineu Bornhausen. **Discursos**. Florianópolis, 1956. p.101-102.

_____(b). Assembléia Legislativa do Estado.Governador Jorge Lacerda. **Discursos**. Florianópolis, 15 de abril de 1956. p. 7-31.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização** – Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____. **A pluriatividade na Agricultura familiar.** Porto Alegre:UFRGS, 2003.

SEIFERTH, G. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim.** Porto Alegre:Movimento, 1974.

_____. Camponenses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v.29, Nova Série, 1984.

SILVA, J.G. da. **Tecnologia e agricultura familiar** Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SILVA, M.A. da. **República em migalhas:** História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SOJA, E.W. **Geografias pós-modernas:** A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

STOFFÄES, C. **A Crise da economia mundial.** Lisboa: Dom Quixote, 1991.

STRIEDER, R. **Produção agrícola integrada:** A Emergência Humana do Trabalhador Agrícola. São Miguel d'Oeste: Gráfica McLee Ltda., 2000.

SULZBACH, M.T. Redefinição das Regiões com as mudanças de paradigma tecnológico. **Cadernos de Economia:** Grifos, nº 02, 1998. Pág. 33 a 40.

TESTA, V. M. *et al.* **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense** - Proposta para discussão. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

TUAN, Y-F. **Espaço e lugar:** A perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.